

ACADEMIA MILITAR

Direção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

A doutrina nacional de emprego de forças paraquedistas

Autor: Asp-Aluno de Infantaria Jorge Miguel Carvalho Mota

Orientador: TCor de Infantaria João António Palminha Rodrigues Henriques

Coorientador: Maj de Infantaria Nuno Alexandre Lorangeiro Neto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

Direção de Ensino

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

A doutrina nacional de emprego de forças paraquedistas

Autor: Asp-Aluno de Infantaria Jorge Miguel Carvalho Mota

Orientador: TCor de Infantaria João António Palminha Rodrigues Henriques

Coorientador: Maj de Infantaria Nuno Alexandre Lorangeiro Neto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

DEDICATÓRIA

A quem me acompanhou e ajudou a chegar aqui, com todas as dificuldades atravessadas, e muitos desafios superados, na certeza de que muitos mais se hão de seguir.

EPIGRAFE

**“In difficult ground, press on;
On hemmed-in ground, use subterfuge;
In death ground, fight”**

Sun Tzu

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada é o culminar de um ciclo na Academia Militar, que resulta da interação entre muitas entidades e pessoas que, ao auxiliarem na sua elaboração, o tornaram possível.

Um agradecimento ao meu Orientador pela ajuda na orientação deste trabalho.

Um agradecimento especial ao meu Coorientador pelo esforço e dedicação na orientação deste trabalho, enriquecendo em muito o seu desenvolvimento e resultado final.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Oliveira pela disponibilidade, conselhos e incansável dedicação aos seus subordinados.

À Sra. Paula, bibliotecária da Academia Militar por toda a disponibilidade, conselhos prestados com a pesquisa de fontes para a elaboração do trabalho.

Ao Curso de Infantaria, atual, bem como o do ano transato.

À Academia Militar, por todo o esforço no assegurar de uma formação de qualidade a todos os seus alunos.

Aos meus pais, Carlos Mota e Lília Mota, à minha irmã, e ao meu tio porque sem o seu apoio tudo seria mais difícil.

Um especial agradecimento a Sara Teotónio Dinis, pois sem ela, tudo seria muito diferente.

Agradeço ainda a todos cujos nomes não se encontram aqui mencionados, mas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos vós, muito Obrigado!

Jorge Miguel Carvalho Mota

RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada está enquadrado nas Tropas Paraquedistas portuguesas e é subordinado ao tema “A doutrina nacional de emprego de forças paraquedistas”. e tem como objetivo contribuir para a identificação de possíveis lacunas na doutrina das Tropas Paraquedistas portuguesas.

Consistiu na análise da doutrina, nacional e de referência, existente para as Tropas Paraquedistas, bem como a consulta de entidades responsáveis pelas Unidades Paraquedistas, por forma a averiguar a adequabilidade, bem como as lacunas da atual doutrina que rege o emprego, treino e formação das Tropas Paraquedistas portuguesas.

Utilizando o método hipotético-dedutivo, juntamente com uma análise bibliográfica da doutrina existente tanto a nível nacional como internacional, bem como entrevistas feitas a entidades que estão, ou estiveram, diretamente ligadas com o comando de Tropas Paraquedistas, foi recolhida a informação necessária para a elaboração desta investigação.

Como resultado, concluiu-se que a doutrina nacional de emprego de Tropas Paraquedistas se encontra atualizada, dando respostas às solicitações que lhes são exigidas, sendo necessário, no entanto, um constante acompanhamento doutrinário.

Palavras-Chave: Tropas Paraquedistas, Doutrina

ABSTRACT

This Applied Investigation Essay is within the frame of the Portuguese Airborne Infantry, and it is subject to the theme “The national doctrine of the employment of Airborne forces”. Its objective is to contribute to the identification of possible gaps in the Portuguese Airborne forces doctrine.

It consisted in the analysis of the existing doctrine, both national and of reference, as well as the consult of entities responsible for the Airborne Units, in order to verify the suitability, as well as the gaps of the doctrine that dictates the employment, training and formation of the Portuguese Airborne forces.

Utilizing the scientific method, together with a bibliographical analysis of the existing doctrine, both national and international, as well as interviews to entities that are, or were directly connected to the command of Airborne forces, the necessary information was gathered in order to make this essay.

As a result, it is concluded that the national doctrine of the employment of Airborne forces is up to date, promptly responding to the requests that are demanded to it, although it is necessary a constant doctrine follow up.

Key-Words: Airborne forces, Doctrine

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
EPÍGRAFE	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO	1
Introdução.....	Erro! Marcador não definido.
Enquadramento e justificação do tema.....	1
Questão central e questões derivadas.....	2
Objetivo geral e objetivo específico.....	2
Hipóteses.....	3
Metodologia científica.....	3
Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos.....	4
Revisão de literatura "O estado da arte".....	5
CAPÍTULO 1 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS NO AMBIENTE OPERACIONAL ATUAL	7
1.1 O Ambiente operacional atual.....	7
1.2 O emprego de Unidades Paraquedistas.....	10

1.3 A organização das Unidades Paraquedistas	12
1.4 Trabalho de campo	17
1.5 Síntese conclusiva	21
CAPÍTULO 2 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS – DOCTRINA NACIONAL	23
2.1 Doutrina nacional	23
2.2 Trabalho de campo	29
2.3 Síntese conclusiva	32
CAPÍTULO 3 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS – DOCTRINA DE REFERÊNCIA	33
3.1 Comparação doutrinária	33
3.2 Interoperabilidade entre Unidades Paraquedistas	36
3.3 Trabalho de campo	37
3.4 Síntese conclusiva	41
CONCLUSÕES	42
Recomendações:	45
Limitações:	45
BIBLIOGRAFIA	46
APÊNDICES	I
Apêndice A	I
Apêndice B	V
Apêndice C	VI
Apêndice D	XII
Apêndice E	XVIII
ANEXOS	XX
Anexo A	XX

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso Metodológico	4
Figura 2 - Fatores do Ambiente Operacional	9
Figura 3 - Organigrama da BrigRR	13
Figura 4 - Organigrama do RParas	14
Figura 5 - Organigrama do 1ºBIPara e 2ºBIPara	16

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Respostas à questão nº1 da entrevista	18
Quadro 2 - Respostas à questão nº2 da entrevista	20
Quadro 3 - Respostas à questão nº3 da entrevista	21
Quadro 4 - Conceito de emprego segundo a doutrina do MFA 311-5 Vol I	24
Quadro 5 - Conceito de emprego segundo a doutrina do RC130 Operações – Vol II	25
Quadro 6 - Conceito de emprego segundo a doutrina do RC Operações (2005)	25
Quadro 7 - Conceito de emprego segundo a doutrina atual do PDE 03-05 Operações Aerotransportadas	26
Quadro 8 - Respostas à questão nº4 da entrevista	29
Quadro 9 - Respostas à questão nº5 da entrevista	30
Quadro 10 - Respostas à questão nº6 da entrevista	31
Quadro 11 - Capacidades, Limitações e Vulnerabilidades segundo a doutrina nacional	33
Quadro 12 - Capacidades, Limitações e Vulnerabilidades segundo a doutrina americana	34
Quadro 13 - Exercícios multinacionais com a participação das Unidades Paraquedistas portuguesas.	36
Quadro 14 - Respostas à questão nº7 da entrevista	38
Quadro 15 - Respostas à questão nº8 da entrevista	39
Quadro 16 - Respostas à questão nº9 da entrevista	40
Quadro 17 - Historial das principais missões e exercícios das Forças paraquedistas de 1995 a 2006.	I
Quadro 18 - Lista de Entidades Entrevistadas	V
Quadro 19 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº1 da entrevista	VI
Quadro 20 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº2 da entrevista	VII
Quadro 21 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº3 da entrevista	VII
Quadro 22 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº4 da entrevista	VIII
Quadro 23 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº5 da entrevista	VIII
Quadro 24 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº6 da entrevista	IX
Quadro 25 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº7 da entrevista	X

Quadro 26 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº8 da entrevista	X
Quadro 27 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº9 da entrevista	XI

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

ADM	Armas de D estruição M assiva
ADP	<i>Army Doctrine Publication</i>
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>
AM	Academia Militar
AOp	Área de O perações
ART	Artigo
ATP	<i>Army Techniques Publication</i>

B

Bat	B atalhão/ B atalhões
BF	B atalhão de F ormação
BIPara	B atalhão de I nfantaria P araquedista
BOAT	B atalhão O peracional A ero T errestre
Brig	B rigada/ B rigadas
BrigRR	B rigada de R eação R ápida

C

Cap	C apítulo
CAS	<i>Close Air Support</i>
CFGCPPE	Curso de F ormação G eral C omum de P raças do E xército
Cmd	C omando
Cmdt	C omandante
Comp	C ompanhia
CTP	C orpo de T ropas P araquedistas

D

DOS	<i>Days Of Supply</i>
DDNLA	D ivisão de D outrina N ormalização e L ições A prendidas

E

EM	E stado- M aior
EUA	E stados U nidos da A mérica

		F
FM	<i>Field Manual</i>	
		G
GE	Guerra Eletrónica	
		I
IA	Intredição Aérea	
Inf	Infantaria	
		M
MFA	Manual da Força Aérea	
MIS	<i>Military Intelligence Service</i>	
MO	<i>Modus Operandi</i>	
		N
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>	
NEP	Norma de Execução Permanente	
nº	Número	
NSA	<i>Nato Standartization Agency</i>	
		O
ONU	Organização das Nações Unidas	
Op	Operação	
		P
p.	Página	
Para	Paraquedista	
PDE:	Publicação Doutrinária do Exército	
Pel:	Pelotão	
pp.	Páginas	
		Q
QD	Questão Derivada	
QG	Quartel-General	
		R
RAT	Reconhecimento Aéreo Tático	
RC	Regulamento de Campanha	
Reg	Regimento	

RI	Regimento de I nfantaria
RParas	Regimento de P araquedistas
S	
SDAI	Supressão das D efesas A éreas I nimigas
T	
TIA	Trabalho de I nvigação A plicada
TO	T eatro/ T eatros de O perações
TPOI	T irocínio P ara O ficial de I nfantaria
TTP	T écnicas T áticas e P rocedimentos
U	
Un	U nidade/ U nidades
USAAF	<i>United States of America Air Force</i>
V	
Vol	V olume
Z	
ZA	Z ona de A terragem
ZL	Z ona de L ançamento

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal, de acordo com as normas da Declaração de Bolonha, no processo da conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares, garantir a aplicação do método científico numa investigação que vá de encontro ao curso frequentado, bem como à atividade posteriormente exercida. É o culminar de um processo de estudos que habilita uma entrada nos quadros permanentes do Exército Português, na categoria de Oficial.

Enquadramento e justificação do tema

Com a extinção do Corpo de Tropas Paraquedistas da Força Aérea e a ativação do Comando das Tropas Aerotransportadas e da Brigada Aerotransportada Independente do Exército, a doutrina nacional de emprego das Unidades de Paraquedistas não foi alvo de uma imediata adequação às alterações inerentes a esta transição, interessa perceber se esta adequação teria sido necessária.

Com a escolha deste tema pretende-se contribuir para a verificação da adequabilidade bem como para a identificação de lacunas na doutrina nacional de emprego de Unidades de Paraquedistas, tendo como referência a doutrina de emprego desta tipologia de forças em uso em nações aliadas, e analisar a sua possível adequação aos diferentes escalões.

Julga-se pertinente e de extrema utilidade para o Exército e, por conseguinte, para as Forças Armadas, a permanente atualização da doutrina nacional atualmente em vigor nas Unidades Paraquedistas portuguesas.

Questão central e questões derivadas

A temática tem por base a resposta à seguinte questão central: A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas é a adequada face às exigências do ambiente operacional atual?

Derivadas da questão central, surgem outras questões cujas respostas são indispensáveis para solucionar a problemática levantada:

1: Quais as exigências para as Unidades Paraquedistas que decorrem do ambiente operacional atual?

2: A doutrina nacional existente para o emprego de Unidades de Paraquedistas é transversal a todos os escalões táticos?

3: A doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas sofreu uma evolução à semelhança das doutrinas de outros países aliados?

Objetivo geral e objetivo específico

Como objetivo geral deste estudo, pretende-se analisar e compreender se a atual doutrina do emprego das Unidades Paraquedistas é a adequada, face às exigências do ambiente operacional atual.

Como objetivos específicos de investigação, foram identificados os seguintes:

- Analisar o ambiente operacional atual e a forma como este interfere no emprego de Unidades Paraquedistas;
- Analisar a evolução da doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas;
- Analisar a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas comparativamente com doutrinas de referência.

Esta investigação tem como finalidade compreender se a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas é ou não adequada ao ambiente operacional atual, procurando ainda perceber se esta se encontra atualizada quando comparada com outras doutrinas de referência.

Hipóteses

As respostas a estas questões derivadas concorrem para dar resposta à questão central. Perante as questões de investigação anteriormente levantadas e face aos objetivos que se pretendem alcançar, formularam-se as seguintes hipóteses:

H.1: A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas não necessita de se adaptar às exigências do ambiente operacional atual.

H.2: A doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas não se aplica aos mais baixos escalões.

H.3: A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se atualizada comparativamente às doutrinas de referência.

Metodologia científica

Para a concretização deste trabalho de investigação foi utilizada a referência estabelecida pela Academia Militar (AM) de 11 de maio de 2015, com a Norma de Execução Permanente (NEP) 522/1º datada de 20 de janeiro de 2016. Para auxílio na construção e elaboração foi também utilizado o livro “Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses”, escrito por Manuela Sarmento (2013). Neste trabalho a metodologia de investigação utilizada centra-se no método hipotético-dedutivo que, como refere Sarmento (2013, p.9), “...é logicamente válido pois fundamenta-se na reunião de observações, factos e ideias que validam as hipóteses”. Foi, assim, levantada uma questão principal à qual se procura obter uma resposta, e ainda elaborar três questões derivadas, por forma a conseguir atingir o objetivo pretendido.

O estudo vai então versar sobre a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas e a sua adequação ao ambiente operacional atual. Para isso será feita uma análise à atual doutrina procurando identificar as principais lacunas, enquadrando-a com a doutrina de referência dos países aliados, mais especificamente a doutrina Americana, não pela semelhança da tipologia de forças, mas pela experiência com que contam. Foram

elaboradas ainda entrevistas¹ presenciais exploratórias², com entidades ligadas às Unidades Paraquedistas portuguesas, em posições de comando, por forma a colher as suas experiências e opiniões.

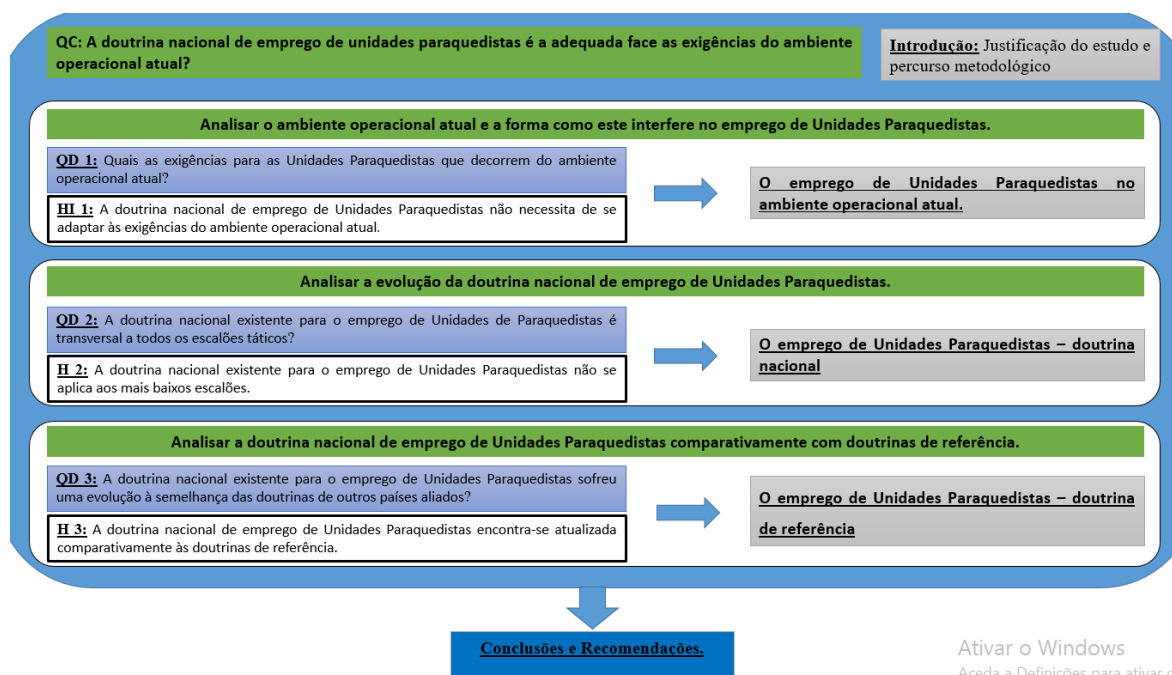


Figura 1 - Percurso Metodológico

Fonte: Autor (2016)

Estrutura do trabalho e síntese dos capítulos

Este trabalho divide-se em Introdução, três capítulos e Conclusões. Na Introdução, o tema é apresentado, bem como a metodologia científica seguida, e são definidos os objetivos científicos. No capítulo 1 – O emprego de unidades paraquedistas no ambiente operacional atual, procura responder-se à primeira questão derivada, analisando o ambiente operacional atual e a forma como este interfere no emprego de Unidades Paraquedistas. No capítulo 2 –A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas, é respondida a

¹ “é um conjunto de perguntas, (designado por guião), que são respondidas necessariamente por via oral” (Sarmiento, 2008). “...permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo.” (Sarmiento, 2008).

² “explora o conteúdo da investigação, ouvindo especialistas sobre o assunto ou tema” (Sarmiento, 2008).

segunda questão derivada, com a análise da evolução da doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas. No capítulo 3 – A doutrina de referência de Unidades Paraquedistas, será feita uma análise à doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas comparativamente com doutrinas de referência. Finalmente nas Conclusões, será dada resposta à Questão Central que motivou este trabalho de investigação.

Revisão de literatura "O estado da arte"

O atual trabalho tem como objeto de estudo a doutrina de emprego das Unidades Paraquedistas. Para responder à questão central levantada neste trabalho de investigação, será necessário o estudo de publicações doutrinárias referentes às Unidades Paraquedistas, não estando este estudo restrito somente à doutrina nacional, mas também à doutrina de referência, tendo como foco principal a doutrina americana, embora as especificidades das forças, bem como os seus meios, sejam diferentes dos que existem em Portugal.

A fonte mais recente de doutrina nacional aprovada para Unidades Paraquedistas é o *PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas* (2012), no entanto, esta não será a única utilizada ao longo deste trabalho, pois é complementada com o *MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas Vol I-Doutrina de Emprego*, o *MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas Vol I-Procedimentos*, e o *CTP-R-370-1 Regulamento Aeroterrestre*. Estes manuais da Força Aérea remontam a uma organização diferente das Unidades Paraquedistas, pois na altura em que estes entraram em vigor, estas Unidades estavam organizadas num Corpo de Tropas Paraquedistas, sendo a sua estrutura, funcionamento e quadros orgânicos diferentes do que está atualmente em vigor, devido não só à passagem destas forças para o Exército, mas também à conseqüente alteração da sua estrutura orgânica. Recorreu-se ainda à doutrina de formação geral em uso no Exército, que está correntemente aplicada nas recrutas ministradas aos militares Paraquedistas, nomeadamente, o *Referencial de Curso Formação Geral Comum de Praças do Exército*, em vigor, desde dezembro de 2014.

Para clarificar o âmbito de atuação das Unidades Paraquedistas, foi consultado também o documento “*Âmbito de atuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais*” datado de 28 de outubro de 2007.

Por forma a enquadrar o conceito de doutrina, foi consultado o *AJP 3.2 Allied Joint Doctrine for Land Operations*, bem como o *FM 3-0 Operations*, juntamente com o *PDE 3-00 Operações*.

Em termos de comparação doutrinária entre a doutrina nacional atual e a doutrina de referência foram consultados o *FM 3-99 Airborne and Air Assault Operations* (2015), sendo a publicação doutrinária mais recente e aprovada pelos EUA, bem como o *FM 90-26 Airborne Operations* (1990), pela sua semelhança imediatamente identificada com o atual *PDE-03-05-00*.

CAPÍTULO 1 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS NO AMBIENTE OPERACIONAL ATUAL

1.1 O Ambiente operacional atual.

Para melhor compreender as alterações feitas à doutrina nacional de emprego das Unidades Paraquedistas, é importante também compreender o ambiente operacional atual.

O ambiente operacional tem vindo a ser alterado ao longo dos tempos sendo caracterizado por “um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do comandante" (Exército Português, 2012a, p. 1.1). Este é dependente de diversos fatores³, que se relacionam entre si e no seu conjunto, produzindo uma situação independente e única, mediante as suas características.

Como exemplos de fatores que podem afetar as operações de forças terrestres, onde se incluem as Unidades Aerotransportadas, destacam-se os seguintes: (Exército Português, 2012a, p. 1.1).

- A globalização;
- A tecnologia;
- As alterações demográficas;
- A urbanização;
- O aumento das necessidades de recursos essenciais;
- As alterações climáticas e as catástrofes naturais;
- A proliferação de armas de destruição massiva (ADM);
- Os estados falhados.

A complexidade do ambiente operacional atual é consequência do avanço científico e cultural que observamos por todo o globo, potenciado pela tecnologia. A globalização, enquanto fenómeno causador de alterações profundas em termos económicos, privilegiou os países fortemente industrializados e mais desenvolvidos, criando instabilidade nos

³ "todos os sistemas inimigos, adversários, amigos e neutrais dentro do espectro do conflito, inclui também o entendimento do ambiente físico, da governação, da tecnologia, dos recursos locais e da cultura da população local" (Exército Português, 2012a, p. 1.1).

países menos desenvolvidos. "A distribuição desigual da riqueza e bem-estar resultante dos efeitos da globalização é geradora de tensões entre ricos e pobres" (Exército Português, 2012a, p. 1.2) estando esta realidade assimétrica refletida nas características da conflitualidade moderna.

A tecnologia, ao proporcionar um acesso rápido e eficaz à informação, interliga-se com a globalização, tornando-se um fator potenciador da alteração do ambiente operacional atual, pela alteração da perceção do conhecimento nas populações, potenciando o conflito, por duas razões principais: "Esta disparidade acaba por se tornar em mais um foco de tensão entre ricos e pobres." (Exército Português, 2012a, p. 1.2), e também pela facilidade de acesso à informação por nichos específicos de carácter extremista. (Exército Português, 2012a, p. 1.2).

As alterações demográficas⁴, tendo como base o aumento demográfico, trouxeram consigo as consequências óbvias da falta de meios, interligadas com o aumento das necessidades de recursos naturais. Estas trouxeram também a desigualdade da distribuição de riqueza, o que contribui para a alteração do ambiente operacional. "As injustiças e a incapacidade para distribuir equitativamente a riqueza criará situações de desigualdade, dando origem a conflitos entre ricos e pobres" (Exército Português, 2012a, p. 1.3).

O crescimento urbano, com a concentração populacional em áreas específicas, contribui para a diminuição da qualidade de vida, criando dificuldades em termos de subsistência nas grandes cidades, potenciando o florescimento do "...crime organizado e as ideologias extremistas" (Exército Português, 2012a, p. 1.3). A desigual distribuição de recursos, os acessos privilegiados a certos serviços e, no fundo, as diferenças entre os mais abastados e aqueles que vivem com mais dificuldades, contribuem para o aparecimento de instabilidade e conflitos (Exército Português, 2012a, p. 1.3).

O constante aumento das condições consideradas mínimas de vida é também responsável pelo aumento da necessidade de recursos naturais. Este aumento da necessidade de recursos despoleta um interesse pela posse destes mesmos recursos, "...conduzindo a uma possível eclosão de conflitos..., como já aconteceu no passado. " (Exército Português, 2012a, p. 1.3).

As alterações climáticas, com as inerentes catástrofes naturais, contribuem para a destabilização das populações.

⁴ De referir também a quantidade de ideologias radicais que surgem nas camadas mais jovens, quer pelo desconhecimento, desemprego, influência, ou descontentamento com a sua situação de vida. "...grande aumento da população jovem vulnerável a ideologias radicais..." (Exército Português, 2012a, p. 1.3).

As armas de destruição massiva constituem também um fator que altera o ambiente operacional, pois a sua utilização, ou ameaça de utilização, requer que sejam tomadas medidas por parte das forças em qualquer teatro onde o uso das mesmas seja possível, ou previsto.

Os estados falhados como "...santuários onde organizações, radicais e o crime organizado possam desenvolver as suas atividades sem controlo e em relativa segurança" (Exército Português, 2012a, p. 1.3), contribuem também para a destabilização, alterando a tipologia de inimigo que se encontra, bem como o seu tipo de treino.

Todos estes fatores se interrelacionam e contribuem para a alteração constante, e evolução do ambiente operacional atual, sendo cada um por si só um fator relevante para a alteração do mesmo, mas o conjunto, provocado ou potenciado pelas interações e relações que estes fatores estabelecem, produzem as constantes alterações no atual ambiente operacional.

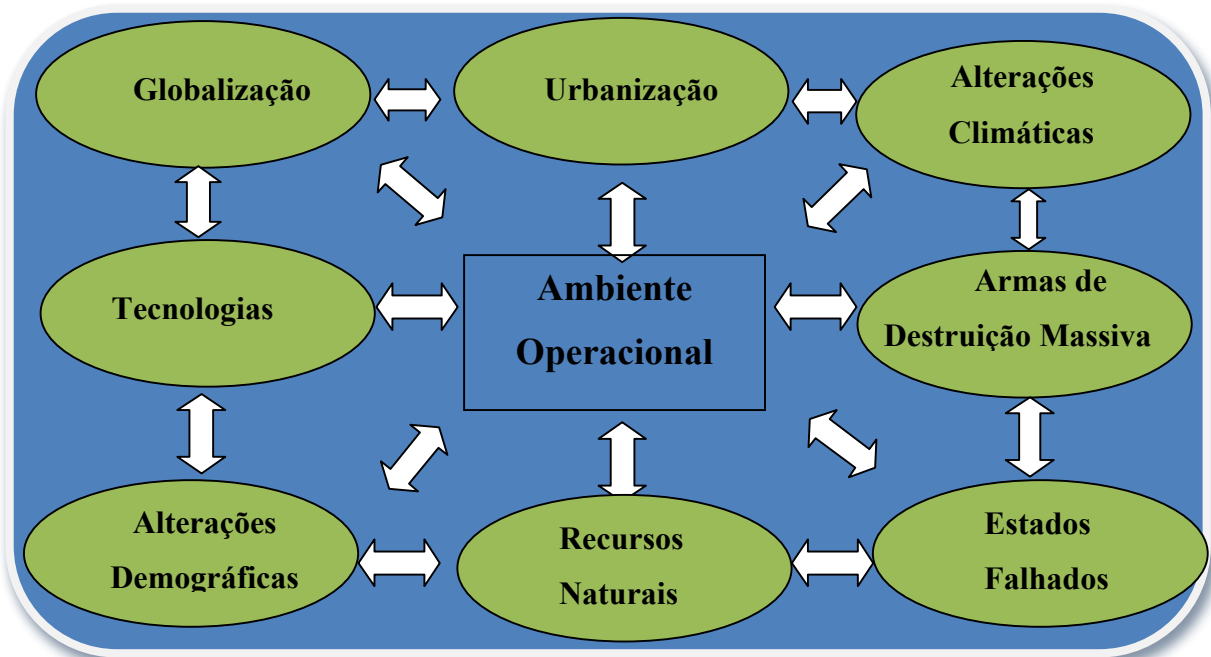


Figura 2 - Fatores do Ambiente Operacional

Fonte: Autor (2016)

Quanto à natureza das ameaças⁵ o PDE-03-00 e no *Field Manual (FM) 3-0 CI Operations* (EUA), de 22 de fevereiro de 2011, descrevem-nas de diversas formas:

- Tradicionais: Surgem de estados que empregam capacidades militares reconhecidas, e forças em formas convencionais.
- Irregulares: causadas por um oponente que aplica métodos não convencionais, ou assimétricos.
- Catastróficas: envolvem a aquisição, posse, e uso de armas de destruição massiva.
- Disruptivas ou Desestabilizadoras: envolvem tecnologias que reduzem as nossas vantagens em termos operacionais, por exemplo ciber ataques.

O ambiente operacional atual resulta então da conjugação de diversos fatores que causam a sua permanente alteração e, conseqüentemente, levam a uma necessidade constante de adaptação ao nível do treino meios e doutrina, por forma a fazer face às contingências que vão surgindo.

Os atuais teatros de operações, que refletem o ambiente operacional atual, caracterizam-se pela existência de ameaças irregulares através da aplicação de métodos não convencionais ou assimétricos, como é o caso dos teatros de operações do Afeganistão, do Iraque e da Síria.

1.2 O emprego de Unidades Paraquedistas

As Unidades Paraquedistas portuguesas realizam, por definição, operações aerotransportadas. Estas caracterizam-se pelo movimento de forças de combate, e do seu apoio logístico, para uma área objetivo ou para um objetivo por intermédio de lançamento⁶, heli-assalto⁷ ou aterragem⁸ (Exército Português, 2012b)⁹.

Como definido no documento sobre o *Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de Tropas especiais*, as Unidades Paraquedistas são descritas como forças de infantaria ligeira vocacionadas para operações convencionais, caracterizando-se pela

⁵ Ameaças são: Estados Nação, organizações, pessoas, grupos, ou condições que podem causar dano ou destruir vida, recursos vitais, ou instituições (Department of the Army, 2011, p. 1.3).

⁶ As tropas, o seu equipamento e apoio logístico (pelo menos inicial), são deslocadas em aeronaves para a área do objetivo, sobre a qual são lançadas em paraquedas, para cumprimento duma missão operacional (Exército Português, 2012b, p. 1.3).

⁷ As tropas são deslocadas para a zona de ação em helicópteros, para cumprimento duma missão operacional (Exército Português, 2012b, p. 1.3).

⁸ As tropas, após o seu transporte por avião para a zona de ação, desembarcam numa pista permanente ou improvisada, a fim de cumprirem uma missão operacional (Exército Português, 2012b, p. 1.3).

⁹ Consultar anexo A.

concentração de potencial de combate, rapidez na ação e flexibilidade, sendo estas capacidades inerentes à sua forma de infiltração através do salto em paraquedas, tendo como escalão de emprego preferencial o Batalhão de Paraquedistas (Estado Maior do Exército, 2007).

O emprego de Unidades Paraquedistas, que normalmente estaria associado a uma operação aerotransportada de lançamento, não tem sido empregue. Assim, as missões levadas a cabo por esta força são na sua grande maioria missões de heli-assalto, de aterragem e ainda operações de apoio aéreo logístico¹⁰.

As Unidades Paraquedistas, dependendo das missões que lhes venham a ser atribuídas, estão dependentes dos meios da componente aérea, dado que não possuem meios que lhes permitam fazer face a situações como o aerotransporte, a luta aérea, o apoio aéreo próximo (CAS), o reconhecimento aéreo tático (RAT), a interdição aérea (IA), a guerra eletrónica (GE), e a supressão das defesas aéreas inimigas (SDAI) (Exército Português, 2012b). Mantêm, no entanto, a capacidade para atuar numa operação aerotransportada de lançamento, quer pelo seu treino, quer pela especificidade da força.

As Unidades Paraquedistas portuguesas contam com uma atividade operacional em vários cenários de conflitualidade¹¹ de naturezas diversas que requerem a alteração de métodos e doutrina, por forma a fazer face à ameaça da maneira mais indicada.

Apesar de a doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas não estar intimamente relacionada com uma caracterização específica do ambiente operacional, a evolução deste, bem como a sua atual caracterização tornam premente uma revisão da doutrina de emprego desta tipologia de força, dado que as operações aerotransportadas de lançamento deixaram de ser consideradas como uma solução viável face à possibilidade de baixas decorrentes do salto em paraquedas, algo politicamente difícil de justificar.

A alteração do ambiente operacional causa, portanto, uma mudança na doutrina, por forma a que esta se desenvolva e melhor consiga fazer face as contingências resultantes da necessidade do cumprimento das missões, quer estas sejam de combate, ou de outra natureza.

¹⁰ Operações que visam o apoio de tropas por transporte aéreo e lançamento ou desembarque no solo, incluindo abastecimentos, movimento de pessoal, evacuação de baixas e prisioneiros de guerra e recuperação de equipamentos e de viaturas. (Exército Português, 2012b, p. 1.3)

¹¹ Como se pode observar no apêndice A, onde constam as missões e exercícios das Unidades Paraquedistas, depois da passagem das mesmas para o Exército.

Como forma de demonstrar o emprego de Unidades Paraquedistas no atual ambiente operacional, torna-se necessário efetuar um levantamento das operações desenvolvidas nos últimos anos por Unidades Paraquedistas portuguesas e também, dado que doutrinariamente utilizamos a doutrina americana como referência, o emprego de Unidades Paraquedistas americanas no mesmo período de tempo.

Relativamente às Unidades Paraquedistas portuguesas, verifica-se que estas contam com missões na Bósnia, Timor Leste, Kosovo, Iraque, e Afeganistão num quadro de alianças como são a NATO, a UE e a ONU. Realça-se os Teatros de Operações (TO) do Iraque e do Afeganistão, dado que estes são reflexo das alterações ocorridas no ambiente operacional atual, pois são teatros resultantes de oponentes que aplicam métodos não convencionais ou assimétricos (Department of the Army, 2011, p. 1.4). Nestes teatros especificamente, as Unidades Paraquedistas portuguesas desempenharam missões de *mentoring*¹² e de *quick reaction force*¹³ que, apesar de não se enquadrarem na tipologia das operações aerotransportadas são demonstrativas da elevada capacidade de adaptação do militar Paraquedista.

Quanto às Unidades Paraquedistas americanas, estas realizaram operações aerotransportadas nos TO do Afeganistão e do Iraque. Apesar de não ter sido uma Unidade Paraquedista pura, no TO do Afeganistão, o *75th Ranger Regiment* efetuou um salto de paraquedas para o objetivo *Rhino*, no *Dry Lake Airstrip*, situado no sul do Afeganistão, e iniciando as operações de combate terrestre na guerra contra o terrorismo (Global Security, 2016). No TO do Iraque, a *173^a Airborne Brigade*, no âmbito da operação *Iraqi Freedom*, efetuou uma operação aerotransportada de lançamento para a *Bashur Drop zone* e abriram com sucesso a frente norte cumprindo assim o objetivo definido superiormente (Global Security, 2016).

Verifica-se assim que as Unidades Paraquedistas continuam a ser empregues em operações que se enquadram no ambiente operacional atual, em objetivos específicos e de elevada criticidade, o que sublinha a necessidade de permanente atualização da sua doutrina de emprego.

1.3 A organização das Unidades Paraquedistas

¹² Mentoria.

¹³ Uma *Quick Reaction Force (QRF)* Força de Reação Rápida. É qualquer força capaz de responder de uma forma muito rápida, tipicamente menos de 15 minutos (Global Security, 2016).

As Unidades Paraquedistas fazem parte integrante da Brigada de Reação Rápida (BrigRR) cujo comando se encontra na zona de Tancos no Quartel General da BrigRR. Encontram-se dependentes desta Brigada as seguintes Unidades Paraquedistas: o Regimento de Paraquedistas (RParas), onde se encontra o Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) e dois Regimentos de Infantaria, onde se encontram os dois Batalhões de Infantaria Paraquedista. (BIPara).



Figura 3 - Organograma da BrigRR

Fonte: (Exército Português, 2015)

Começando pelo RParas, este está sediado em Tancos. Tem como missão principal ministrar a formação nas componentes aeroterrestres, bem como a formação de combate. Além da formação, cabe ao Regimento assumir-se como autoridade técnica para a “...elaboração de Estudos Técnicos e Experiências no âmbito da atividade aeroterrestre, ministrando formação nas áreas das qualificações aeroterrestres que lhe forem determinadas, a militares do Exército, de outros Ramos das Forças Armadas e/ou de Forças de Segurança, colaborando ainda em ações no âmbito de outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado.” (Exército Português).

Apesar de no Exército a entidade responsável pela elaboração das publicações doutrinárias se encontrar no Estado Maior do Exército, especificamente na Divisão de Doutrina, Normalização e Lições Aprendidas (DDNLA) o RParas, enquanto autoridade técnica no âmbito da atividade aeroterrestre, detém responsabilidades na atualização da doutrina aplicável às Unidades Paraquedistas.

A sua orgânica é a seguinte:

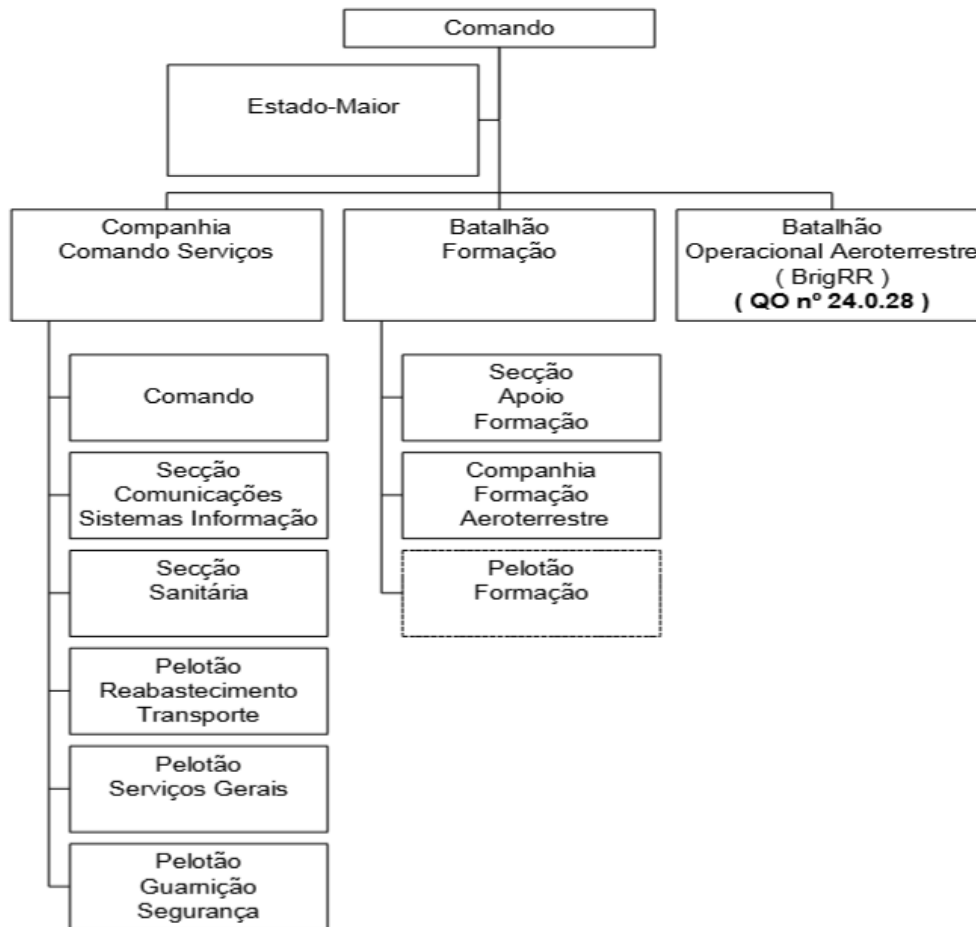


Figura 4 - Organograma do RParas

Fonte: (Estado Maior do Exército, 2011, p. 2)

Atualmente a formação ministrada pelo Regimento de Paraquedistas divide-se em três campos:

- a - Cursos de formação
 - 01-Instrução Básica
 - 02-INSTRUÇÃO complementar
 - 02.1-Curso de Auxiliar de Precursor Aeroterrestre
 - 02.2-Curso de Dobrador de Paraquedas
 - 02.3-Curso de Operador de Abastecimento Aéreo
 - 02.4-Curso de Treinador e Tratador de Cães Militares

Capítulo 1 - O emprego de Unidades Paraquedistas no ambiente operacional atual

- B - Cursos de qualificação
 - 01-Curso de Paraquedismo
 - 02-Curso Básico Aeroterrestre
 - 03-Curso de Operações Aeroterrestres
 - 04 – Curso de Instrutor de Paraquedismo
 - 05-Curso de Queda Livre
 - 06-Curso de Queda Livre Operacional
 - 07-Curso de Instrutor de Queda Livre
 - 08-Curso de Chefe de Salto de Abertura Manual
 - 09-Curso de Precursor Aeroterrestre
 - 10-Curso de Instrutor de Abastecimento Aéreo
 - 11-Curso de Inspetor de Abastecimento Aéreo
 - 12-Curso de Técnico de Equipamento Aeroterrestre
 - 13-Curso de Manutenção de Paraquedas e Equipamento Aeroterrestre
 - 14-Formação Complementar Paraquedista (Oficiais/Sargentos)
 - 15-Formação Complementar Paraquedista (Praças)

- C - Cursos de promoção
 - 1-Curso de Promoção a Sargento-Ajudante Para-quedista
 - 2-Curso de Promoção a Cabo Para-quedista

Fonte: (Exército Português).

Este Regimento tem duas componentes principais, sendo elas a componente na dependência do Batalhão de Operações Aeroterrestres (BOAT), onde se enquadram as operações aeroterrestres propriamente ditas, através da Companhia de Precursores, da Companhia de Abastecimento Aéreo e da Companhia de Equipamento Aéreo”, estas de especial relevância no que diz respeito ao equipamento e à componente aeroterrestre propriamente dita. A segunda componente diz respeito à formação com o Batalhão de Formação (BF), articulando-se em duas companhias, a Companhia de Formação Terrestre e a Companhia de Formação Aeroterrestre, cada uma com a sua especificidade na formação dos militares Paraquedistas.

O Regimento de Infantaria número 10 (RI10) é também uma unidade na dependência da BrigRR. Encontra-se localizado em São Jacinto, e é onde está alocado o 2º Batalhão de Infantaria Paraquedista (2ºBIPara). É a única unidade que já pertenceu aos três Ramos das Forças Armadas.

A principal missão do RI10 é: manter a prontidão do 2ºBIPara aquartelado na Unidade, de acordo com os padrões superiormente definidos (Exército Português).

O Regimento de Infantaria número (RI15) encontra-se na região de Tomar, e é também uma unidade na dependência da BRR e o regimento onde se encontra o 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista (1º BIPara).

As sua missão principal é: “Apronta um Batalhão de Infantaria Pára-Quedista.” (Exército Português).

Estes Regimentos contam com muitos anos de operacionalidade e um grande número de exercícios militares, e de missões em território internacional. São Unidades empenhadas no aprontamento e preparação das Unidades operacionais Paraquedistas, os BIPara, para efetuar missões determinadas superiormente, necessitando por isso de manter uma constante atualização da sua forma de atuar, treinar e preparar estas forças.

Integrados no RI10 e RI15, encontram-se o 1º e o 2º BIPara, respetivamente.

A estrutura dos BIPara é a seguinte:

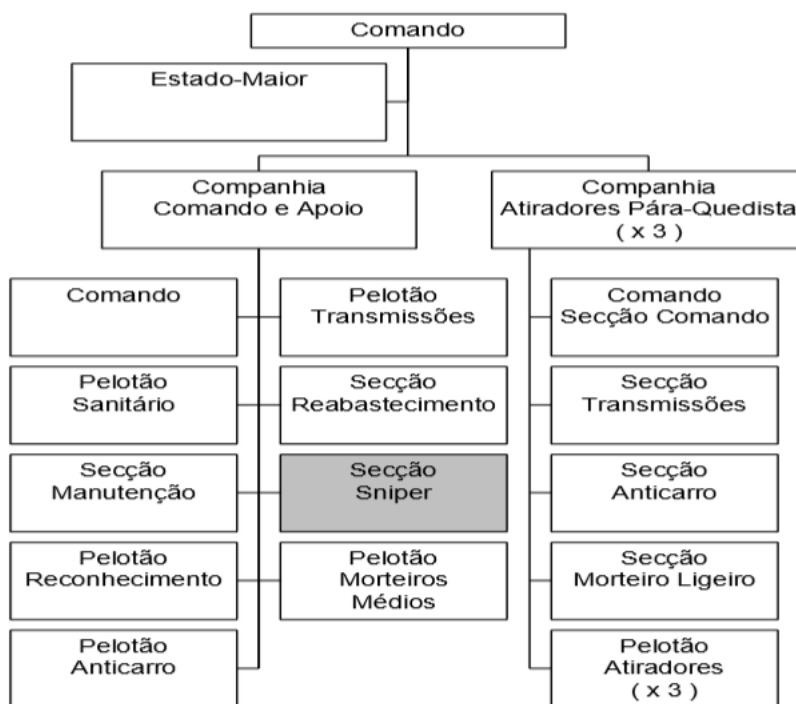


Figura 5 - Organograma do 1º BIPara e 2º BIPara

Fonte (Estado Maior do Exército, 2009, p. 2)

Os BIPara, têm, também, as suas próprias missões atribuídas, que estão explanadas no *Âmbito de atuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais*, sendo estas definidas como “O Batalhão de Infantaria Paraquedista executa operações de assalto aéreo

através de salto tático em Para-quedas ou desembarque de assalto para conduzir operações de combate convencionais em áreas sensíveis ou negadas.” (Estado Maior do Exército, 2007).

Estes Batalhões contam com várias missões, encontrando-se permanentemente em níveis de operacionalidade capazes de satisfazer as necessidades impostas pelo escalão superior, com a necessária adequação de pessoal e dos meios, executando ciclos de treino operacional adaptados à sua missão primária ou orientados consoante os teatros de operações para os quais são projetados.

Todas estas Unidades são relevantes para este trabalho. São elas que recorrem à doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas, e auxiliam na sua preparação e no seu emprego.

1.4 Trabalho de campo

Para facilitar a resposta à questão derivada 1, foram efetuadas entrevistas onde se colocaram três perguntas consideradas pertinentes, por forma a obter uma resposta mais real, e mais minuciosa, relacionadas com **Equipamento, Formação e Treino, e Emprego Atual**.

As Unidades Paraquedistas utilizam equipamento específico que as auxilia a cumprir as suas missões. Esse equipamento não é só o material da componente terrestre, que é vulgarmente utilizado em todo o empenhamento operacional, mas também o material aeroterrestre específico capaz de dotar os paraquedistas da mobilidade necessária para o cumprimento das suas missões. Esse equipamento tem vindo a ser atualizado ao longo dos tempos, portanto, e para restringir o âmbito da pesquisa, teve-se em atenção exclusivamente o equipamento utilizado mais recentemente.

Considera-se que o equipamento tem influência ao nível da doutrina de emprego, pois os meios utilizados têm que se adequar à doutrina, e esta aos meios. Há certos melhoramentos que podem ser feitos, mas no final, se não existirem os meios que suportem a doutrina, podendo ocorrer incumprimentos de ordem tática que levarão a alterações significativas nas formas de atuar das forças. Uma das limitações das Unidades Paraquedistas portuguesas é a necessidade de recorrer constantemente à Força Aérea para a condução de operações aeroterrestres devido à falta de meios aéreos próprios que permitam o lançamento de cargas ou pessoal. Essa lacuna é complementada com o tipo de

planeamento a efetuar, presente no mais recente PDE 03-05-00¹⁴, nomeadamente o plano de movimento aéreo¹⁵, fazendo referência ao planeamento conjunto necessário (Exército Português, 2012b).

Devido a tipologia de missões que podem efetuar, as Unidades Paraquedistas têm a necessidade de transportar consigo uma grande quantidade de material. “Uma Unidade Paraquedista normal tem de levar três DOS (*days of supply*)” (Pereira, 2016).

Nas respostas obtidas nas entrevistas foi consensual que, em termos de material aeroterrestre, dado que foi atualizado recentemente, este é o indicado. “Do equipamento que temos para lançamentos em massa, dir-te-ia em termos de qualidade das características técnicas, que estamos na vanguarda” (Pereira, 2016).

No entanto, e relativamente ao **Equipamento** referente à componente terrestre, as respostas não foram tão claras. Em todas as entrevistas se faz referência à necessidade de constante atualização do equipamento referente à componente terrestre, embora também seja dito que o equipamento é o suficiente para cumprir as missões atribuídas às Unidades Paraquedistas. Embora este equipamento seja o suficiente, uma atualização a nível de armamento individual ou coletivo seria de todo desejável.

Quadro 1 - Respostas à questão nº1 da entrevista

Questão:	O Equipamento utilizado pelas Unidades Paraquedistas é adequado às necessidades do ambiente operacional atual?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3	X		
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016).

¹⁴ Planeamento conjunto (Exército Português, 2012b, p. 6.1).

¹⁵ Compreende o período desde o embarque das unidades até à sua saída da aeronave. Deverá constituir-se como Anexo à Ordem ou Plano de Operações (Exército Português, 2012b).

Mediante os resultados obtidos nas entrevistas, os entrevistados consideram que o equipamento é adequado às necessidades do ambiente operacional, no entanto, todos fizeram a ressalva da necessidade de constante atualização.

No que diz respeito à **Formação e Treino**, as Unidades Paraquedistas têm sofrido algumas alterações neste âmbito, sofrendo uma evolução do inicialmente conduzido quando estes ainda pertenciam à Força Aérea, até ao ministrado atualmente. A fonte mais recente de doutrina para a formação inicial dos militares Paraquedistas, na sua componente terrestre, é o Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPÉ¹⁶). Este é comum a todo o Exército, incluindo todas as tropas especiais, sendo que é o que enquadra a formação geral comum.

A componente terrestre única às praças Paraquedistas era complementada com os cursos específicos, também ministrados no RParas, como por exemplo, o curso de cabos e o curso de sargentos que era ministrado dentro das próprias Unidades Paraquedistas. Esta especificidade contribuía para a coesão da força, quer em termos de uniformização de procedimentos, quer pelo tipo de curso que tinha as suas especificidades. Esta valência foi-se perdendo ao longo dos tempos, sendo este último curso ministrado agora na Escola das Armas, quer para sargentos em regime de voluntariado e contrato, quer para os quadros permanentes. A formação e treino é, no entanto, um processo contínuo, que não termina no RParas, estendendo-se à componente operacional e sendo constantemente atualizada e complementada. Como dito em entrevista pelo Tenente-Coronel Abreu: "O treino é planeado para ser adequado, mas a realidade regimental por vezes não o permite...". Os diversos tipos de necessidades inerentes às funções desempenhadas nos Regimentos onde se encontram as Unidades Paraquedistas condicionam também o treino operacional. Estes consomem tempo e recursos humanos necessários para levar a cabo o treino operacional como pretendido, embora isto não ponha em causa a credenciação e as capacidades e a operacionalidade das Unidades Paraquedistas (Abreu, 2016).

¹⁶ De Dezembro 2014.

Quadro 2 - Respostas à questão nº2 da entrevista

Questão:	O Treino das Forças Paraquedistas é adequado a realidade operacional do seu emprego?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3	X		
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016)

Mediante as entrevistas recolhidas, todos foram unânimes em concordar que a **Formação e Treino** das Unidades Paraquedistas são os adequados. Ainda assim foi referida a necessidade e uma “insatisfação” forçada, de modo a “constantemente melhorar o treino das forças para que estas tenham as melhores performances, adaptando-se às diferentes situações” (Pereira, 2016).

Ao longo das entrevistas, a formação e treino também foram sendo referenciados como divididos em duas fases: a formação inicial¹⁷, e a formação operacional nos BIPara. Excluída aqui está a formação ministrada noutras áreas como o Abastecimento Aéreo, a Dobragem, a Cinotecnia, o Curso de Precursores.

Quanto à **Atualidade no Emprego** das Unidades Paraquedistas, verifica-se que estas têm sido empregues em diversos TO, desde a Bósnia, passando por Timor Leste e Kosovo, até ao exigente TO do Afeganistão. Estes diferentes TO têm sido bastante diferenciados em termos da tipologia de operações a efetuar, no entanto e devido à sua especificidade e treino, as Unidades Paraquedistas foram consideradas como capazes de poderem atuar, de forma cabal, em todos os teatros para onde foram projetadas: “...como força especial que são, são capazes de se adaptar a qualquer situação que encontrem, sendo assim uma força que oferece bastante versatilidade...” (Pereira, 2016).

¹⁷ Ministrada no Regimento de Paraquedistas.

Quadro 3 - Respostas à questão nº3 da entrevista

Questão:	Os atuais Teatros Operacionais onde as Unidades Paraquedistas são empenhadas adequam-se à sua especificidade?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2		X	
Entrevistado 3		X	
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016)

Ao longo das entrevistas foi averiguada a ideia de que as Unidades Paraquedistas são empregues de forma adequada à sua especificidade, enquanto forças versáteis e adaptáveis, apesar de não utilizarem primariamente o salto em paraquedas no decorrer das missões realizadas. No entanto, considera-se que as Unidades Paraquedistas continuam a caracterizar-se como sendo uma força de combate treinada para conduzir operações aerotransportadas através do lançamento, "dado o material existente, considerado como estando na vanguarda " (Costa, 2016), e dado o treino conduzido, nomeadamente os exercícios, adaptado a todos os cenários.

Devido à realidade decorrente do atual ambiente operacional, verifica-se que as Unidades Paraquedistas são atualmente empregues em missões onde a sua capacidade de combate, através da execução de operações aerotransportadas com lançamento, não é expectada, contudo foi sempre realçada "...a sua adaptabilidade a diversas situações tornando-as uma ótima *entry force*¹⁸ ..." (Pereira, 2016).

1.5 Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo foi feita uma análise dos principais fatores que caracterizam o emprego de Unidades Paraquedistas de forma a contribuir para a resposta à questão derivada número 1: Quais as exigências para as Unidades Paraquedistas que decorrem do ambiente operacional atual?

¹⁸ Força de entrada.

Constatou-se que as exigências decorrem maioritariamente do tipo de TO no qual as forças vão ser empregues. As Unidades Paraquedistas têm o seu treino adaptado para combater como força de infantaria ligeira que são, no entanto têm vindo a demonstrar a sua capacidade em participar noutro tipo de cenários, sejam estes considerados como operações ART 5º ou operações não ART 5º¹⁹. As missões atualmente realizadas pelos BIPara são missões de “*peacekeeping*”²⁰. As exigências que decorrem do emprego das Unidades Paraquedistas nestes cenários são do âmbito do equipamento, do treino operacional e das Técnicas Táticas e Procedimentos (TTP) que nestes são aplicadas, para fazer face quer a uma situação de conflito convencional, quer a uma situação de conflito no âmbito do “*peacekeeping*”. Há que haver então uma adaptabilidade por parte das forças envolvidas, por forma a adequar o seu “*modus operandi*”²¹ à situação específica.

Através das entrevistas realizadas, no sentido de compreender quais as exigências enfrentadas pelas Unidades Paraquedistas face ao atual ambiente operacional, conclui-se que se confirma a hipótese inicialmente levantada: A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas não necessita de se adaptar às exigências do ambiente operacional atual. Tanto em termos de meios como em termos de treino específico que antecede a missão, tudo é adaptado para corresponder às exigências do ambiente operacional onde as Unidades Paraquedistas atuam ou irão atuar, sendo que há sempre constrangimentos quer de ordem financeira, quer de tempo. Esses constrangimentos procuram ser sempre colmatados por forma a fazer face às diferentes realidades encontradas nos diferentes teatros.

Verifica-se que a adaptação às exigências do ambiente operacional atual prende-se sobretudo com a necessidade das Unidades Paraquedistas se adaptarem às ameaças de carácter assimétrico existentes. Contudo, verifica-se que, doutrinariamente, o emprego de Unidades Paraquedistas face a ameaças de carácter assimétrico, já se encontra previsto nas publicações doutrinárias, nacional e de referência, em vigor: “As forças aerotransportadas são adequadas à realização de operações contra Forças Irregulares” (Exército Português, 2012b, p. 2.2)

¹⁹ Descritas como operações multifuncionais que englobam atividades policias, militares e civis iniciadas e executadas de acordo com a lei internacional, incluindo a lei humanitária internacional, contribuindo para a prevenção de conflitos, resolução e gestão de crises, ou servir propósitos humanitários, para conseguir os objetivos declarados pela aliança. (NATO STANDARDIZATION AGENCY (NSA))

²⁰ Incluídas nas Operações de Apoio a paz, são missões de manutenção da paz. (Exército Português, 2012a, p. 2.4)

²¹ Modo de operar /maneira de atuar.

CAPÍTULO 2 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS – DOCTRINA NACIONAL

2.1 Doutrina nacional

Antes de mais, e analisando o conceito de doutrina em uso no Exército, esta é definida como “ como um conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos Objetivos Nacionais” (Exército Português, 2012a, p. XIII). Também segundo a ADP 3-0, a doutrina atua ainda como um guia para a ação, em vez de um conjunto fixo de regras, sob as quais se devem guiar para melhor decidir quanto à organização, treino, desenvolvimento de líderes, material, soldados e infraestruturas. Ainda segundo a ADP 3-0, é a forma como o Exército tenciona combater, sendo vista como uma situação idealizada que, depois de contrastada com a realidade, leva a um processo de decisão. Abordando o *AJP 3.2 Allied Joint Doctrine for Land Operation*, a doutrina é um conjunto de princípios, práticas e procedimentos. Ambas estas definições concorrem para o mesmo objetivo, definindo a doutrina de forma similar e afirmando que um claro entendimento e aceitação de doutrina por parte de forças aliadas é um pré-requisito para a condução de missões com sucesso²² (*AJP 3.2 Allied Joint Doctrine for Land Operation*).

A doutrina nacional que enquadrava a utilização das Unidades Paraquedistas, durante o período em que estas estiveram integradas na Força Aérea, pode ser encontrada ao longo do MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas Vol I-Doutrina de Emprego (1984). Esta fonte bibliográfica, conta já com alguns anos de desatualização, tendo sido utilizada até a passagem das Tropas Paraquedistas para a estrutura do Exército, em 1994, tendo estas sofrido, desde então, profundas alterações na sua estrutura e quadros orgânicos.

²² Embora a doutrina para operações terrestres seja principalmente dirigida para os países da NATO, esta pode ser aplicada de uma forma multinacional dentro da tipologia de uma força aliada conjunta (NATO, 2009).

Com o surgimento do PDE 03-05 Operações Aerotransportadas, em 2012, este substituiu o MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas Vol I-Doutrina de Emprego (Exército Português, 2012b, p. v). A PDE 3-05-00 Operações Aerotransportadas entra imediatamente em vigor, substituindo o MFA 31 1-5 - Operações Aerotransportadas, Volume I, Doutrina de Emprego, aprovado por despacho do CEMFA, de 30 de Maio de 1984" (Exército Português, 2012b, p. v).

Interessa agora analisar as principais diferenças existentes entre estas duas publicações doutrinárias para verificar se existiu, ou não, qualquer evolução na doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas.

Quanto ao MFA 311-5 o conceito de emprego de Unidades Paraquedistas é explicitado, resumidamente, da seguinte forma.

Quadro 4 - Conceito de emprego segundo a doutrina do MFA 311-5 Vol I

As operações aerotransportadas podem realizar-se de dia ou de noite.
As forças Paraquedistas podem ser empregues na exploração dos efeitos de um ataque nuclear, desde que a radiação esteja dentro dos limites aceitáveis.
Nas operações aerotransportadas em grande escala, o assalto inicial é normalmente realizado por lançamento em paraquedas.
Quando necessário ou as condições o exigirem, podem realizar-se operações apenas com lançamento.
Em função da missão, das possibilidades do inimigo, dos meios disponíveis, das características de terreno na área-objetivo e, ainda, do tempo que se prevê demorar a fazer-se a junção com outras forças, a operação executar-se-á segundo uma das seguintes modalidades. <ul style="list-style-type: none">○ A força aerotransportada é empenhada numa única cabeça-de-ponte aérea com todos os seus elementos de combate em condições de apoio mútuo.○ Ou os seus elementos são lançados em várias cabeças-de-ponte-aérea, tendo cada elemento uma missão independente ou parcialmente dependente das missões dos restantes elementos, contribuindo todos para a missão comum.
As forças aerotransportadas são adequadas à realização de operações contra forças irregulares.
O emprego das forças aerotransportadas é normalmente decidido pelo escalão de comando conjunto mais elevado.
As forças aerotransportadas não devem ser normalmente empenhadas em missões que possam ser desempenhadas, mais economicamente, por outras forças.

Fonte: Adaptado de Estado-Maior - Força Aérea Portuguesa, 1984, pp. 1.8-1.10

Aquando da passagem das Tropas Paraquedistas para o Exército a doutrina em vigor era a já vertida no RC130 Operações – Vol II capítulo 14 secção V- Operações Aerotransportadas (1987). Neste, o conceito de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se, resumidamente, vertido da seguinte forma:

Quadro 5 - Conceito de emprego segundo a doutrina do RC130 Operações – Vol II

As forças aeromóveis não devem ser, normalmente, empenhadas em missões que possam ser desempenhadas, mais economicamente, por outras forças.
As forças aeromóveis podem ser deslocadas diretamente para a área – objetivo ou então para bases avançadas, a partir das quais podem conduzir operações aerotransportadas.
As operações aeromóveis podem realizar-se de dia ou de noite.
Em função da missão, das possibilidades do inimigo, dos meios disponíveis, das características de terreno na área-objetivo e, ainda, do tempo que se prevê demore a fazer-se a junção com outras forças, a operação executar-se-á segundo uma das seguintes modalidades. <ul style="list-style-type: none">○ A força aeromóvel é empenhada numa única cabeça-de-ponte aérea com todos os seus elementos de combate em condições de apoio mútuo.○ Os seus elementos são lançados em várias cabeças-de-ponte-aérea, tendo cada elemento uma missão independente ou parcialmente dependente das missões dos restantes elementos, contribuindo todos para a missão comum.
As forças aeromóveis são adequadas à realização de operações contra Forças Irregulares ... podem atuar sob a forma de pequenos agrupamentos, sem necessidade de um elevado apoio de combate e de serviços.

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 1987, pp. 14.7-14.9)

Existe ainda o RC Operações que no capítulo 8 – Operações Aerotransportadas (2005), que define o conceito de emprego das Unidades Paraquedistas para operações aerotransportadas da seguinte maneira:

Quadro 6 - Conceito de emprego segundo a doutrina do RC Operações (2005)

As forças aerotransportadas são especificamente organizadas, equipadas e treinadas para serem projetadas para a área de um objetivo por desembarque aéreo ou aterragem de assalto, com a finalidade de o conquistar, ou conduzir operações especiais.
O sucesso das operações aerotransportadas depende de uma rigorosa segurança para obter a surpresa.

Podem ser iniciadas, quer de forma autónoma quer conjuntamente com forças que operam no terreno, com a finalidade de preparar, agilizar, complementar ou prolongar a sua acção.
Estas operações só são exequíveis em condições de superioridade aérea local.
Uma força aerotransportada dá ao comandante flexibilidade de emprego em todo o teatro de operações permitindo-lhe estender a área de operações. A ameaça que tal representa para o inimigo obrigá-lo-á a designar uma força para lhe fazer face.
Informações acerca da ordem de batalha do inimigo, dispositivo e intenções, nas proximidades das zonas de lançamento ou aterragem, são da maior importância para o sucesso das operações aerotransportadas.

Fonte: (Exército Português, 2005, p. 8.1).

Finalmente a referência doutrinária mais atual é o PDE 03-05 Operações Aerotransportadas. Neste o conceito de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se vertido tendo em consideração os seguintes fundamentos, apresentados resumidamente da seguinte forma:

Quadro 7 - Conceito de emprego segundo a doutrina atual do PDE 03-05 Operações Aerotransportadas

As operações aerotransportadas podem ser executadas quer de dia, quer de noite.
São normalmente deslocadas em aeronaves para a área de objetivo.
O assalto inicial nas operações aerotransportadas é normalmente realizado por lançamento em paraquedas.
Sempre que necessário ou as condições o exigirem, podem realizar-se operações recorrendo apenas ao lançamento por paraquedas.
Em função da missão, das possibilidades do inimigo, dos meios disponíveis, das características de terreno na área-objetivo e, ainda, do tempo que se prevê demorar a fazer-se a junção com outras forças, a operação executar-se-á segundo uma das seguintes modalidades. <ul style="list-style-type: none">○ A força aerotransportada é empenhada numa única cabeça-de-ponte aérea com todos os seus elementos de combate em condições de apoio mútuo.○ Os seus elementos são lançados em várias cabeças-de-ponte-aérea, tendo cada elemento uma missão independente ou parcialmente dependente das missões dos restantes elementos, contribuindo todos para a missão comum.
As forças aerotransportadas são adequadas à realização de operações contra Forças Irregulares.
O emprego das forças aerotransportadas é normalmente decidido pelo escalão conjunto mais elevado.

Fonte: Adaptado de Exército Português, 2012b, pp. 2.1-2.2.

Como se pode verificar, são mais do que evidentes as muitas semelhanças existentes entre as publicações doutrinárias referidas anteriormente, desde os fundamentos utilizados inicialmente no MFA 311-5 (1984), passando pelo RC130 Operações Vol-I (1987), bem como pelo RC Operações (2005), até aos que se encontram vertidos atualmente no PDE 03-05 (2012), no respeitante à doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas. Tal facto demonstra uma efetiva evolução dos conceitos doutrinários apesar destes serem bastante semelhantes. No entanto ainda se conseguem encontrar alguns pontos que, não sendo discordantes, deixaram de ser referidos na atual doutrina, nomeadamente (PDE 03-05):

- “As forças aerotransportadas não devem ser normalmente, empenhadas em missões que possam ser desempenhadas, mais economicamente, por outras forças.” MFA 311 Cap I pp1.7-1.8, bem como no RC130 Operações Vol II p.14.9;
- “As tropas aerotransportadas podem ser empregues na exploração dos efeitos de um ataque nuclear, desde que a radiação esteja dentro dos limites aceitáveis.” MFA 311 Cap I pp1.7-1.8 bem como no RC130 Operações Vol II p.14.9;

Procuraremos agora analisar as principais razões pelas quais não se verificam grandes diferenciações entre estas publicações doutrinárias.

Verificada a doutrina de referência utilizada, constata-se que no MFA 311-5 utilizaram-se os manuais Americanos: *ATP-35/Cap 8-Airborne Operations*; *FM 57-1/AFM 2-51-U.S.Army/U.S.Air Force Doctrine for Airborne Operations*, e o manual Francês: *TAP-102-Règlement de manœuvre des TAP*. No RC130 Operações Vol II, faz-se apenas referência à substituição do RC Campanha/Operações de 1979 Vol-I e Vol II. No RC Operações de 2005 faz-se apenas referência à substituição do RC130 Operações Vol I e Vol II, juntamente com publicações doutrinárias da doutrina de referência, sendo que nenhuma é especificamente referente a operações aerotransportadas. Finalmente no mais recente PDE 03-05 Operações Aeroterrestres, faz-se referência à substituição do MFA 311-5, e ainda menção ao *STANAG 2868 (Edition 4) - Land Force Tactical Doctrine*, *ATP-35(A)*; *STANAG 34461ASCC44118C* e o *FM-90-26 Airborne Operations* como publicações doutrinárias de referência. No entanto dadas as semelhanças verificadas infere-se que as referências utilizadas na elaboração destas publicações foram sendo as mesmas, nomeadamente os manuais americanos em vigor.

Após ter verificado que a atual doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas se encontra alinhada com as referências do passado, passar-se-á de seguida a detalhar os principais conceitos inerentes à atual doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas, que permite compreender a forma como estas são formadas e treinadas.

Como definido no capítulo 1 deste trabalho, as operações aerotransportadas dividem-se em 3 tipos, lançamento, heli-assalto ou aterragem. Se observarmos a doutrina mais recente, vemos que a formação e treino são efetuados de modo a que as Unidades Paraquedistas possuam essas valências.

Embora a doutrina em vigor no treino e formação das Unidades Paraquedistas seja a dita doutrina convencional, a realidade do seu treino operacional nos BIPara é diferente do que encontramos no convencional, pela especificidade das operações aeroterrestres, mas também da sua orgânica e da forma como a formação é ministrada, o que se traduz no conceito anteriormente referido de Tropa Especial, onde são descritas como forças de infantaria ligeira vocacionadas para operações convencionais, caracterizando-se pela concentração de potencial de combate, rapidez na ação e flexibilidade (Estado Maior do Exército, 2007).

Em termos de resposta rápida no surgimento de uma solicitação para uma operação de combate, "a utilização de um meio rápido de projeção, livre de obstáculos e com grande alcance, como o são as aeronaves confere uma nova dimensão à batalha terrestre, permitindo a manobra através do espaço aéreo." (Exército Português, 2012b, p. 1.1). Esta capacidade, embora não seja exclusiva das Unidades Paraquedistas, é a capacidade principal das mesmas, sendo estas então entendidas como a força por excelência a utilizar em situações onde a velocidade de resposta, quer para um ambiente de combate, quer dentro do mesmo ambiente de combate, seja um fator considerado determinante.

Detalhando o treino operacional executado, as Unidades Paraquedistas portuguesas contam com um número de exercícios conjuntos e combinados, nos quais a sua operacionalidade para efetuar uma operação aerotransportada é validada. No apêndice A encontram-se exemplos destes exercícios.

2.2 Trabalho de campo

Para responder à Questão derivada que suscitou este capítulo foram conduzidas entrevistas e elaboradas três sub-questões, por forma a analisar de uma forma mais simplificada esta questão.

Na elaboração das questões teve-se em consideração que, no que diz respeito à doutrina atual em termos de operações aerotransportadas, esta é uma atualização relativamente recente e encontra-se elaborada na forma do PDE 03-05-00. Este é o local onde a informação sobre o planeamento está vertido. O PDE 03-05-00 é referente aos altos escalões, e contempla as várias fases do planeamento aeroterrestre. No entanto, há uma lacuna no que diz respeito ao planeamento aos baixos escalões.

Quadro 8 - Resposta à questão nº4 da entrevista

Questão:	O atual PDE 03-05 faz jus às necessidades doutrinárias das Unidades Paraquedistas?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1		X	
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3	X		
Entrevistado 4			X
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6		X	

Fonte: Autor (2016)

Das entrevistas efetuadas, e face às **Necessidades Doutrinárias**, é opinião generalizada que este PDE 03-05-00 representa uma melhoria significativa em termos doutrinários relativamente ao que existia anteriormente. No entanto, as suas melhorias têm que ser constantemente atualizadas, pela evolução constante quer dos meios, bem como do ambiente operacional que dita a utilização dos mesmos.

Este PDE é uma boa referência para o planeamento, considerando-se também que "O PDE 03-05-00 tem o que é necessário para as operações" (Cordeiro, 2016).

As Unidades Paraquedistas devem saber combater isoladamente. Em termos do seu emprego tático em operações ofensivas, estas podem ser empregues na conquista de objetivos profundos, para destruir ou fixar forças inimigas por forma a empenhá-las em toda a profundidade da sua área de operações, negando assim a liberdade de ação das mesmas. Podem ainda romper ou destruir a coesão do dispositivo inimigo, dificultando assim as suas operações (Estado Maior do Exército, 2007). Como atuam desta forma, e atendendo a que a reorganização no seguimento de uma operação aerotransportada de desembarque aéreo nem sempre corre conforme o planeado, as Unidades Paraquedistas, quando empregues numa operação deste tipo podem ter de combater isoladamente ou em pequenos grupos. Sendo que a unidade preferencial de utilização das tropas paraquedistas é o Batalhão (Estado Maior do Exército, 2007), este nem sempre consegue atuar como um todo, por isso é que tanto o material que as Unidades Paraquedistas carregam como o seu treino complementar aeroterrestre tem uma componente mais orientada para a sua atuação no campo de batalha de forma isolada, sem a sua integração num Batalhão. Da análise desta possibilidade inerente ao Paraquedista enquanto combatente, e às Unidades Paraquedistas aos mais baixos escalões surge a seguinte questão:

Quadro 9 - Respostas à questão nº5 da entrevista

Questão:	Há necessidade da existência de doutrina específica para Unidades Paraquedista aos baixos escalões?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3	X		
Entrevistado 4		X	
Entrevistado 5		X	
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016)

Do resultado das entrevistas realizadas, e relativamente à **Doutrina Específica**, as respostas foram indicando que esta necessidade está presente. Devido à especificidade das operações, e ao facto de um desembarque aéreo poder ser efetuado mediante diferentes

condições, o isolamento no campo de batalha é sempre um fator a considerar. Constatase que existe doutrina que enquadra a atuação de Unidades Paraquedistas nos escalões mais elevados (Batalhão), no entanto a doutrina existente aos baixos escalões (Secção e Pelotão) torna-se numa adaptação daquilo que existe. Foi desta forma identificada como uma lacuna à atual doutrina, a não existência da mesma no referente aos mais baixos escalões.

Quanto à doutrina atual da formação e treino das Unidades Paraquedistas, esta divide-se em dois momentos principais: a formação ministrada no RParas, e a formação complementar/treino operacional ministrada nos BIPara.

Inicialmente a formação é transversal a todo o Exército, nomeadamente com o processo de formação geral comum preconizado no CFGCPE. No entanto, as Unidades Paraquedistas contam com a formação aeroterrestre complementar, bem como a componente terrestre específica a esta tipologia de unidades. Resta perceber se a adequabilidade da doutrina de formação em uso nas Unidades Paraquedistas é a adequada.

Quadro 10 - Respostas à questão nº6 da entrevista

Questão:	A doutrina utilizada na formação das Forças Paraquedistas é a adequada?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2		X	
Entrevistado 3		X	
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016)

Com base nas respostas obtidas durante as entrevistas, relativamente à **Adequabilidade da Doutrina**, conclui-se que a doutrina atual é a adequada, apesar de não se adequar aos mais baixos escalões. A formação inicial que é dada no RParas serve como uma boa plataforma de lançamento para o soldado paraquedista quando este é integrado num Batalhão. No entanto, do ponto de vista dos BIPara de Infantaria Paraquedista, quando um soldado lá se apresenta, verifica-se que a formação por vezes não é a adequada,

quer por "esquecimento" quer por falta de prática do soldado paraquedista. É então feito um circuito de avaliação assim que os soldados se apresentam no Batalhão, por forma a averiguar o nível de formação bem como as lacunas que este soldado apresenta. (Sobreira, 2016).

Embora a maioria dos entrevistados tenham concordado que a doutrina da formação é a adequada, os que não o fizeram referenciaram o facto de um soldado paraquedista não estar tão bem preparado quanto seria de esperar quando chega ao Batalhão.

A formação de um militar é também um processo contínuo, sendo que na formação inicial as ferramentas são dadas, mas mediante o tipo de unidade que este combatente vai integrar a sua formação vai ser diferente, "é uma espécie de *on job training*" (Cordeiro, 2016) em que o soldado se integra no *modus operandi* da unidade e tome conhecimento das TTP desta.

2.3 Síntese conclusiva

Respondendo assim à questão derivada número dois que suscitou este capítulo: A doutrina nacional existente para o emprego das Unidades Paraquedistas é transversal a todos os escalões táticos?

A doutrina nacional respeita o emprego tático das Unidades Paraquedistas, está então atualizada, e contempla o emprego das mesmas. Quanto ao treino e formação das Unidades Paraquedistas, este é feito em dois níveis: na formação básica como paraquedista, e posteriormente no treino operacional levado a cabo nos BIPara.

No entanto, quando analisamos aos mais baixos escalões, esta doutrina apresenta certas lacunas. Essas lacunas são complementadas com as TTP das subunidades que se organizam para o combate integradas nos Batalhões, com o treino operacional aos mais baixos escalões, e com o complementar de formação também ministrado quer aquando do aprontamento para uma missão, quer no dia-a-dia de funcionamento operacional do próprio Batalhão.

Confirma-se então a hipótese que a doutrina não é transversal a todos os escalões táticos, dado que não se aplica aos mais baixos escalões.

CAPÍTULO 3 – O EMPREGO DE UNIDADES PARAQUEDISTAS – DOCTRINA DE REFERÊNCIA

3.1 Comparação doutrinária

Este capítulo tem como objetivo a comparação doutrinária entre a fonte de doutrina nacional mais recente, o PDE 03-05-00 Operações Aeroterrestres (2012), e a fonte de doutrina de referência mais recente, como é o caso do FM 03-99 *Airborne and Air Assault Operations* (2015).

Como podemos observar na elaboração do PDE 03-05-00, as fontes que foram consultadas foram fontes da doutrina NATO e americana, como os "*STANAG 2868 (Edition 4) - Land Force Tactical Doctrine; ATP-35(A); STANAG 3446/ASCC44/18C e o FM-90-26 Airborne Operations, (18Dec90)*" (Exército Português, 2012b, p. XIII). Embora haja diferenças na organização destas forças, comparativamente com as Unidades Paraquedistas portuguesas, uma comparação doutrinária é passível de poder ser realizada.

Utilizaremos neste exercício de comparação os principais fundamentos que permitem perceber o conceito de emprego de Unidades Paraquedistas, em operações aerotransportadas, utilizados tanto pela doutrina nacional como pela doutrina americana, nomeadamente: capacidades, limitações e vulnerabilidades.

Relativamente à doutrina nacional, presente no PDE 03-05-00 Operações Aeroterrestres, encontramos o seguinte:

Quadro 11 - Capacidades, Limitações e Vulnerabilidades segundo a doutrina nacional

Doutrina Nacional	
<u>Capacidades</u>	<u>Limitações/ Vulnerabilidades</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Surpresa. • Mobilidade na projeção, no deslocamento para o objetivo; a força pode ser projetada rapidamente e a distâncias consideráveis através de terreno difícil e sobre os obstáculos. • Pode ser executado tanto de dia como de noite, em 	<ul style="list-style-type: none"> • A sua mobilidade estratégica é função das possibilidades das aeronaves e da situação aérea. • Operações limitadas na sua duração, sem abastecimento. • Exigem normalmente superioridade aérea.

<p>zonas mesmo arborizadas ou relativamente acidentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permite um desembarque aéreo rápido de efetivo considerável. • Facilita a abordagem direta a um objetivo do adversário, evitando uma aproximação distante, morosa, ou com elevada atrição. • Asseguram-lhes uma grande mobilidade tática e estratégica, permitindo a sua intervenção rápida em todos os pontos dum teatro de operações e mesmo em teatros diferentes. • Permitem-lhes agir no interior do dispositivo inimigo e sobre o seu território, atuando assim nos seus pontos mais fracos. • Conferem-lhes um grande poder de choque, em equivalência, devido à rapidez e audácia das suas ações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigem normalmente a neutralização, no mínimo supressão, durante a operação, dos sistemas de defesa antiaérea do inimigo, nas rotas de aproximação e saída assim como nas zonas de lançamento e de desembarque no solo. • Exigem determinadas condições meteorológicas. • Exigem tempo para a entrada em ação, maior ou menor consoante o volume de forças a empenhar, em virtude dos preparativos indispensáveis. • Exigem a existência de objetivos importantes que compensem o seu emprego. • Necessidade de infraestruturas apropriadas. • Exigência de meios aéreos. • Mobilidade estratégica em função da aeronave. • Poder de fogo limitado pela capacidade de carga. • Dependência das condições meteorológicas. • Necessidade de objetivos que compensem o seu emprego. • Necessita duma marcação e balizagem preliminar, o que obriga à projeção antecipada de destacamentos de precursores.
--	--

Fonte: Adaptado de Exército Português, 2012b, pp. 2.1 - 2.5.

Atendendo à doutrina nacional, as limitações e vulnerabilidades inerentes ao uso de Unidades Paraquedistas decorrem de fatores como a capacidade de carga passível de ser transportada, quer pela aeronave, quer pelo combatente, limitando as missões na sua duração, bem como o poder de fogo e potencial de combate conseguido.

Quanto a doutrina de referência americana, vertida no FM3-99 *Airborne Air and Assault Operations*, encontramos o seguinte:

Quadro 12 - Capacidades, Limitações e Vulnerabilidades segundo a doutrina americana

Doutrina Americana	
<u>Capacidades</u>	<u>Limitações/Vulnerabilidades</u>
<ul style="list-style-type: none"> • Surpresa. • Capacidade de ignorar obstáculos. • Capacidade de agir rápido e em massa em alvos específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência da FA. • Operações dependentes de abastecimento (carácter limitado). • Mobilidade tática limitada quando no solo.

<ul style="list-style-type: none"> • Ataque a posições IN de qualquer direção. • Conduzir ataques para lá da sua área de operações. • Conduzir missões de exploração e perseguição de carácter limitado. • Reagir rapidamente a oportunidades táticas. • Colocar forças em pontos taticamente decisivos. • Conduzir operações de grande ímpeto ao longo de grandes distâncias. • Conduzir operações de deceção com falsas infiltrações. • Reforço rápido de unidades empenhadas. • Rapidamente garantir segurança e defender terreno decisivo. • Reparar ou construir infraestruturas para receber forças de seguimento. • Retardar uma força muito maior sem se empenharem decisivamente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio de fogos de carácter limitado. • Dificil extração de baixas em combate. • Ataque por defesas aéreas e aeronaves durante o movimento e infiltração. • Vulnerável a ameaça NBQR. • Ataque eletrónico. • Vulnerável a ataques aéreos caso a superioridade aérea não seja conseguida e mantida aquando da operação de lançamento. • Vulnerabilidade da aeronave a ataques de armas de fogo de tiro tenso durante o lançamento ou aterragem.
---	---

Fonte: Adaptado de Department of the Army Headquarters, 2015, pp. 2.5-2.6.

Em termos de capacidades, a doutrina americana oferece uma especificidade maior, atendendo a questões como reparar ou construir infraestruturas, bem como conduzir ataques e patrulhas além da área de operações (Department of the Army Headquarters, 2015, p. 2.5), capacidades não referidas ou não existentes na doutrina nacional do emprego das Unidades Paraquedistas.

A doutrina americana entende como limitações a dependência da Força Aérea, não só no deslocamento a longas distâncias, mas também no apoio de fogos e sustentabilidade (Department of the Army Headquarters, 2015, p. 2.5), à semelhança da doutrina nacional, no que diz respeito à projeção e sustentabilidade.

A doutrina nacional faz uma maior referência às suas vulnerabilidades e limitações, enquanto que a doutrina de americana tem um maior ênfase nas suas capacidades. Isto deve-se em parte à doutrina de emprego destas duas forças, pois embora seja bastante similar, as Unidades Paraquedistas americanas contam com capacidades diferentes das Unidades Paraquedistas portuguesas, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de “...reparar ou construir infraestruturas para receber forças de seguimento...” (Department

of the Army Headquarters, 2015, p. 2.5) ou de “rapidamente garantir segurança e defender terreno decisivo” (Department of the Army Headquarters, 2015, p. 2.5).

Atendendo ainda à doutrina nacional, esta entende como limitações e vulnerabilidades aquelas que, sendo inerentes ao uso de Unidades Paraquedistas, decorrem de fatores como a capacidade de carga passível de ser transportada, quer pela aeronave, quer pelo combatente, limitando as missões na sua duração, bem como o poder de fogo e potencial de combate conseguido. Embora as capacidades sejam algo diferentes devido a diferentes meios e formas de emprego, existentes na doutrina americana, a maioria destas capacidades mantêm-se da doutrina nacional.

3.2 Interoperabilidade entre Unidades Paraquedistas

Um dos fatores que permite percecionar as semelhanças doutrinárias existentes decorre da interoperabilidade conseguida em situações de treino, ou em exercícios em contexto multinacional, envolvendo Unidades Paraquedistas portuguesas e suas congéneres aliadas.

Ao observar-se o historial dos exercícios em que as Unidades Paraquedistas portuguesas participaram, verifica-se que estes são de diverso âmbito, tanto em contexto bilateral como os integrados em alianças. O quadro nº13 resume o empenhamento em exercícios multinacionais das Unidades Paraquedistas portuguesas.

Quadro 13 - Exercícios multinacionais com a participação das Unidades Paraquedistas portuguesas.

Exercícios Multinacionais	
Ano	Exercícios
1979	• Primeiro exercício da série Júpiter, contou com a participação de uma Unidade Paraquedista espanhola da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1981	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1982	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1983	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1984	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1988	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha, com 140 Paraquedistas.

1990	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha, com 120 Paraquedistas.
1992	• Exercício da série Júpiter, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1994	• Júpiter/Apolo, com a participação de uma companhia da Brigada de Paraquedistas de Espanha.
1998	• A então, Brigada Aerotransportada Independente(BAI), participa no Exercício “ <i>Strong Resolve</i> ” da NATO e <i>Partnership for Peace</i> .
2012	• Participação com o 1ºBIPara no exercício <i>Hot blade</i> , com a participação de países como a Áustria, Bélgica, Alemanha e Holanda.
2014	• Participação com o 1ºBIPara e o 2ºBIPara no exercício <i>Hot blade</i> , onde participaram forças de países como a Áustria, Bélgica, Alemanha, Holanda e Reino Unido.
2016	• Exercício <i>Real Thaw</i> , com a participação de países como, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Holanda e ainda de meios aéreos da NATO.

Fonte: Autor (2016).

A relevância da participação das Unidades Paraquedistas portuguesas, nestes exercícios, prende-se com o facto de estes envolverem, normalmente, o planeamento e execução de operações aerotransportadas. Este facto releva a necessidade de uma doutrina de emprego atual e semelhante à dos países aliados, dado que se tal não acontecesse, dificilmente se conseguiria a necessária interoperabilidade, fundamental para o sucesso deste tipo de exercícios.

Parafraseando o Tenente-Coronel Pereira (2016), “...estes exercícios são relevantes, pois o treino resultante destes é algo bastante similar ao real de uma operação aerotransportada, pois não dá para simular um salto de paraquedas, um salto é sempre um salto...”.

3.3 Trabalho de campo

Procurar-se-á agora compreender de que forma a doutrina se poderá constituir enquanto variável dependente de fatores considerados diferenciadores entre as Unidades Paraquedistas de diversos países, como são os **Meios**, o **Emprego das forças** e a necessária **Interoperabilidade**.

Relativamente aos meios, as Unidades Paraquedistas utilizam diversos tipos de meios aeroterrestres, sendo estes, normalmente, distintos dos meios utilizados por outra

tipologia de Unidades, quer nacionais, quer internacionais. Os **Meios** aeroterrestres são assim uma parte importante da adequabilidade da doutrina, pois terá de haver uma sinergia onde "os meios se adaptam à doutrina, e esta se adapta aos meios" (Abreu, 2016).

A doutrina, bem como os meios utilizados, são dois fatores que concorrem para a melhor utilização possível do potencial humano, sendo que os meios utilizados pelos Paraquedistas portugueses são de três tipos de natureza, e considerados fundamentais: aéreo, aeroterrestre e terrestre.

Os meios aéreos dizem respeito à Força Aérea, não só às aeronaves que proporcionam o transporte e emprego das forças, mas também a toda a infraestrutura que garante a sua segurança até ao TO, durante o seu emprego, e durante a sua retração.

Os meios aeroterrestres dizem respeito exclusivamente às Unidades Paraquedistas, e constituem o conjunto de material que lhes permite utilizar o meio de projeção aéreo que melhor se adequa à missão imposta pelo escalão superior, para a execução de uma operação aerotransportada.

Quanto aos meios terrestres, estes dizem respeito a todo o material carregado pelo combatente que permite concluir a missão com sucesso, englobando o material individual, coletivo, e todo o material capaz de ser largado para o apoio de combate.

Quadro 14 - Respostas à questão nº7 da entrevista

Questão:	A diferença de meios altera a doutrina nacional face à de referência?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1		X	
Entrevistado 2		X	
Entrevistado 3		X	
Entrevistado 4		X	
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6		X	

Fonte: Autor (2016).

Ao longo das entrevistas efetuadas verificou-se que a diferença de meios orgânicos não altera significativamente a doutrina nacional face à doutrina de referência. Claro que esta é adequada aos meios existentes, tendo em conta as suas limitações e formas de

emprego, mas na sua génese, e na forma de planeamento, a doutrina permanece similar. Mesmo quando comparado com países com um potencial muito superior, quer em meios materiais quer em meios humanos, a doutrina é similar, adequando-se aos escalões táticos.

As respostas obtidas focaram o facto de que embora os meios sejam diferentes, as lições aprendidas e a forma de atuar por outras Unidades Paraquedistas é em tudo similar às Unidades Paraquedistas portuguesas.

Quanto ao **Emprego**, verifica-se que as situações de emprego das Unidades Paraquedistas portuguesas têm sido variadas ao longo dos tempos. Desde a sua utilização na guerra nas províncias ultramarinas, passando pelos TO de Timor, do Kosovo, e do Afeganistão, estas têm sido empregues como uma força capaz de cumprir a missão imposta pelo escalão superior, independentemente da tipologia da missão. Estes TO são apenas referentes ao empenhamento das Unidades Paraquedistas portuguesas enquanto Batalhão ou Companhia, no entanto outras subunidades contam com outro tipo de experiência e atividade noutros TO, como foi a mais recente missão levada a cabo pela Companhia de Abastecimento Aéreo no Mali.

Apesar de as Unidades Paraquedistas portuguesas, desde a sua criação, terem sido utilizadas cada vez menos no âmbito de operações aerotransportadas, estas têm tido um emprego similar às suas unidades congéneres em forças internacionais. É de realçar que, todavia, no âmbito da Força de Reação Imediata do Estado-Maior General das Forças Armadas, “...o conceito de emprego das Unidades Paraquedistas cometidas a esta força enquadra-se na tipologia de uma operação aerotransportada, em que se prevê a possibilidade de entrada num qualquer teatro através de lançamento por paraquedas” (Abreu, 2016).

Quadro 15 - Resposta à questão nº8 da entrevista.

Questão:	As situações operacionais do emprego das Unidades Paraquedistas portuguesas assemelham-se atualmente às de Unidades congéneres?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1			X
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3	X		
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		

Entrevistado 6		X	
----------------	--	---	--

Fonte: Autor (2016).

Ao longo das entrevistas foram sendo recolhidas as opiniões de Oficiais Paraquedistas portuguesas que estiveram em missões internacionais e contactaram com outras forças congéneres, sendo que a opinião geral é que a tipologia de missões onde as Unidades Paraquedistas participam é similar às de nações aliadas. Claro que estando em missões do tipo “*peacekeeping*” o emprego pode não ser tão ligado à sua especificidade, no entanto a sua adaptabilidade a qualquer situação permite que estas Unidades consigam satisfazer as necessidades impostas pelo escalão superior e cumprir a missão.

Finalmente, quanto à **Interoperabilidade**, as Unidades Paraquedistas portuguesas têm estado envolvidas em várias situações de treino, em âmbito de exercícios, ou em empenhamentos reais, no âmbito de missões sobre a égide da NATO, da UE, e da ONU, onde a interoperabilidade se constituiu como fator essencial.

Quadro 16 - Resposta à questão nº9 da entrevista.

Questão:	A doutrina nacional enquadra-se na necessária interoperabilidade com outras forças internacionais?		
	Sim	Não	Não Responde
Entrevistado 1	X		
Entrevistado 2	X		
Entrevistado 3		X	
Entrevistado 4	X		
Entrevistado 5	X		
Entrevistado 6	X		

Fonte: Autor (2016).

Ao longo das entrevistas as experiências de quem trabalhou com forças estrangeiras foram ouvidas, e todas elas foram entendidas como positivas. Todos os entrevistados referiram a forma profissional como as Unidades Paraquedistas portuguesas atuam, especialmente quando integradas com forças congéneres, sendo alvo de elogios por parte destas forças.

No entanto, as limitações referidas à interoperabilidade continuam a residir na diferenciação de meios utilizados, em especial os aeroterrestres, não pela sua desatualização, mas sim por diferenças em procedimentos. É de realçar que os meios aeroterrestres atualmente em uso nas Unidades Paraquedistas portuguesas foram alvo de uma atualização nos últimos anos, sendo considerados como "estando na vanguarda" (Pereira, 2016), (Costa, 2016), o que muito abona a favor destas quando em situações de treino cruzado.

3.4 Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo procurou-se recolher dados que permitissem responder à questão derivada que o originou: A doutrina nacional existente para o emprego de unidades paraquedistas sofreu uma evolução à semelhança das doutrinas de outros países aliados?

Os dados recolhidos, quer pela pesquisa bibliográfica, quer por entrevistas diretas a entidades envolvidas atualmente, ou no passado, no emprego de Unidades Paraquedistas, permitem confirmar que a doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se atualizada comparativamente às doutrinas de referência, confirmando a hipótese inicialmente levantada.

Parte-se assim do princípio que esta doutrina está em constante atualização, à semelhança da doutrina de referência. Contudo, devido à constante evolução dos TO e da tipologia das ameaças, as necessidades em termos de meios resultantes desta evolução deverão ser acompanhadas por uma adequação da doutrina existente, assim como de emprego prévio das Unidades Paraquedistas em situações de treino, em contexto de exercícios multinacionais, por forma a permitir a manutenção da necessária interoperabilidade, essencial para o sucesso no emprego desta tipologia de Unidades.

Parafraseando o Tenente-Coronel Cordeiro (2016), “quando uma publicação doutrinária é aprovada, e entra em vigor, tem de estar outra a ser elaborada”. Sendo que a doutrina é um processo de constante adequação aos meios e resposta às alterações impostas pelos TO, esta está constantemente em evolução e constantemente desatualizada.

CONCLUSÕES

Este Trabalho de Investigação Aplicada, tem como objetivo geral a análise e compreensão da adequabilidade da doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas, face às exigências do ambiente operacional atual.

De modo a responder à questão central deste Trabalho de Investigação Aplicada: **“A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas é a adequada face às exigências do ambiente operacional atual?”**, foram levantadas três questões derivadas no sentido de proporcionar uma resposta o mais completa possível e aproximada à realidade. As três questões derivadas foram levantadas associando-se a cada uma delas uma hipótese, segundo o método hipotético-dedutivo.

A pesquisa versou sobre as principais fontes bibliográficas doutrinárias, nacionais e de referência, relativamente às Operações Aerotransportadas e às Unidades Paraquedistas. Contou ainda com entrevistas presenciais exploratórias, com entidades ligadas às Unidades Paraquedistas portuguesas, em posições de comando, por forma a colher as suas experiências e opiniões.

A questão derivada número um procura saber **quais as exigências para as Unidades Paraquedistas que decorrem do ambiente operacional atual**. O ambiente operacional está em constante evolução, sendo diferente consoante o TO, e mesmo dentro deste, dadas as suas especificidades, o ambiente operacional pode alterar-se a qualquer momento. Verificou-se que as exigências para as Unidades Paraquedistas decorrem essencialmente do tipo de TO onde estas são empregues. Como tropa de infantaria ligeira, as Unidades Paraquedistas têm a sua formação e treino inicial voltado para operações no âmbito das missões de Art 5º, no entanto estas têm, ultimamente, vindo a desempenhar operações em missões não Art 5º. Conclui-se assim que a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas não necessita de se adaptar às exigências do ambiente operacional atual, caracterizado por operações de combate, vulgo Artº 5º, tanto em termos de meios, como em termos de treino específico que antecede a missão, para corresponder às suas exigências. Confirma-se desta forma a **hipótese inicialmente levantada** e que procurava

averiguar se **a doutrina de emprego das Unidades Paraquedistas não necessita de se adaptar às exigências do ambiente operacional atual.**

A **questão derivada número dois** procura saber se **a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas é transversal a todos os escalões táticos.** Conclui-se que a doutrina nacional respeita o emprego tático das Unidades Paraquedistas, nomeadamente quanto ao emprego do escalão tático preferencial, os BIPara, estando atualizada, e contemplando o emprego destes. No entanto, quando analisada aos mais baixos escalões, esta doutrina apresenta certas lacunas. Essas lacunas são complementadas com as TTP das subunidades integrantes dos BIPara, complementada aquando do apontamento para uma missão, no âmbito do denominado treino orientado. Confirma-se assim a **hipótese inicialmente levantada que defendia que a doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas não se aplicava aos mais baixos escalões.**

A **questão derivada número três** procura saber se **a doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas sofreu uma evolução à semelhança da doutrina de países aliados, considerada como referência.** Conclui-se que a doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se atualizada comparativamente às doutrinas de referência, inferindo-se assim que a doutrina nacional está a ser atualizada, à semelhança da doutrina de referência. Contudo, e devido à constante evolução dos TO e da tipologia das ameaças, as necessidades em termos de meios, resultantes desta evolução, deverá ser acompanhada por uma adequação da doutrina existente. O emprego prévio das Unidades Paraquedistas em situações de treino, em contexto de exercícios multinacionais, permite testar a doutrina existente, e permite a manutenção da necessária interoperabilidade, essencial para o sucesso no emprego desta tipologia de Unidades. Parafraseando o Tenente-Coronel Cordeiro (2016), “quando uma publicação doutrinária é aprovada, e entra em vigor, outra tem de estar a ser elaborada”. Sendo que a doutrina é um processo de constante adequação aos meios, e resposta às alterações impostas pelos TO, esta está constantemente em evolução e, inerentemente, constantemente desatualizada. **Confirma-se assim a hipótese levantada advogando que doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas se encontra atualizada.**

Dadas as respostas obtidas às questões derivadas, e confirmadas as hipóteses levantadas, está-se neste momento em condições de responder à **questão central** inicialmente levantada, e que sempre norteou a elaboração deste trabalho, no sentido de procurar **avaliar a adequabilidade da doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas face ao ambiente operacional atual**.

Conclui-se que a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se atualizada, e vertida atualmente no PDE 03-05 Operações Aerotransportadas, dadas as semelhanças existentes entre esta publicação doutrinária e as publicações que a antecederam, bem como dado o paralelismo encontrado entre esta publicação doutrinária e as publicações em vigor na doutrina americana, considerada como sendo de referência.

Conclui-se ainda que a doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas apenas tem sofrido ligeiras alterações, devendo-se este facto, principalmente, à ausência de empenhamentos de Unidades Paraquedistas em Operações Aerotransportadas, em situações de combate, decorrentes das missões internacionais levadas a cabo pelos diversos países, nas últimas décadas. Assim sendo, as necessidades de atualização doutrinária que poderiam advir do empenhamento real de Unidades Paraquedistas em Operações Aerotransportadas face ao novo ambiente operacional, não têm sido consideradas porque, simplesmente, não têm ocorrido com a regularidade que permitisse tirar lições. Ao invés, aquando das grandes Operações Aerotransportadas do passado, as lições aprendidas nas mesmas, bem como as necessidades que iam surgindo, iam contribuindo ativamente para a atualização da doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas.

É no atual PDE 03-05-00 que se encontra a generalidade do planeamento para uma Operação Aerotransportada, referente ao escalão tático de mais provável emprego, o BIPara. Contudo, verifica-se que apesar deste apresentar lacunas no que diz respeito aos escalões mais baixos e à sua forma de atuar, estas são colmatadas com o treino operacional levado a cabo nos BIPara, vertidas em NEP internas de cada Batalhão, e treinadas em contexto de “*on job training*”, por forma a uniformizar procedimentos, permitindo dessa forma uma adaptação às possíveis solicitações decorrentes da permanente evolução do ambiente operacional atual.

Por fim, resta sublinhar que se considera que a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas é adequada face ao ambiente operacional atual, mas que esta deve ser entendida como um processo contínuo de adaptação a este ambiente, exigindo dessa forma uma necessidade de atualização permanente da mesma, e devendo esta encontrar-se refletida na formação e treino ministrado nas Unidades Paraquedistas.

Recomendações:

Com a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada, foram identificadas certas lacunas no que diz respeito a doutrina que enquadra o emprego de Unidades Paraquedistas aos baixos escalões. Estas lacunas prendem-se com a ausência de doutrina capaz de enquadrar fases de formação e treino operacional, capazes de fazer face às condições do atual ambiente operacional. No entanto a capacidade de adaptabilidade inerente às Unidades Paraquedistas, faz com que estas consigam responder às solicitações mediante qualquer TO.

Dadas as lacunas identificadas, aos mais baixos escalões, recomenda-se que, tendo como ponto de partida as NEP e TTP existentes ao nível dos BIPara, estas sejam vertidas numa publicação doutrinária devidamente aprovada, permitindo, desta forma, a sua utilização ao nível da formação inicial, criando assim necessária transversalidade de procedimentos que devem caracterizar todas as Unidades Paraquedistas, independentemente do seu escalão tático.

Limitações:

Relativamente às limitações, em termos da amostra utilizada referentes às entrevistas, conclui-se que poderá ter sido reduzida, dado o universo de Oficiais Paraquedistas existente. No entanto, a amostra utilizada, devido ao facto de terem estado diretamente ligados com o comando de Unidades Paraquedistas, com o profundo conhecimento que daí advém, permitiu obter o que se considera uma boa aproximação à realidade existente, bem como um conjunto de opiniões alicerçadas em saber de experiência feito, de quem utiliza/utilizou a doutrina de emprego de Unidades Paraquedistas, considerando-se também que as sugestões por si veiculadas são as que melhor permitem inferir sobre quais as possíveis lacunas decorrentes da aplicação dos conceitos doutrinários nas atividades de treino operacional das Unidades Paraquedistas.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, 2. C.-T. (04 de 2016). Entrevista. (J. Mota, Entrevistador)
- Academia Militar. (2016). *NEP 522/1º*.
- Cordeiro, T. C. (11 de 05 de 2016). Tenente Coronel 2º Cmdt do AQ AMA. (A. J. Mota, Entrevistador)
- Costa, C. d.-C. (04 de 2016). Entrevista. (J. Mota, Entrevistador)
- Department of the Army. (2011). *Army Doctrine Publication 3-0 (FM 3-0)*. Washington DC.
- Department of the Army Headquarters. (2015). *Airborne and Air Assault Operations FM3-99*. Washington DC.
- Estado Maior - Força Aérea Portuguesa. (1984). *Manual de Operações Aero-Transportadas Vol I - Doutrina de Emprego*.
- Estado Maior da Força Aérea. (03 de 04 de 2016). *Estado Maior da Força Aérea*. Obtido de emfa: <http://www.emfa.pt/>.
- Estado Maior do Exército. (2007). *Tropas Especiais - Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de tropas especiais*.
- Estado Maior do Exército. (2009). *1º Batalhão de Infantaria Paraquedista - Quadro Orgânico*. Tomar.
- Estado Maior do Exército. (2009). *2º Batalhão de Infantaria Paraquedista - Quadro Orgânico*. Tomar.
- Estado Maior do Exército. (2011). *Escola de Tropas Paraquedistas*. Tancos.
- Estado-Maior do Exército. (1987). *RC-130-1 Operações Vol I e Vol II*. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército. (2015). *Comando da Brigada de Reação Rápida - Quadro Orgânico*. Tancos.
- Exercito Português. (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa.
- Exército Português. (2012a). *PDE 03-00 Operações*.
- Exército Português. (2012b). *PDE 03-05-00 Operações Aeroterrestres*.
- Exército Português. (2014). *Referencial de Curso - Formação Geral Comum de Praças do Exército*.

- Exército Português. (2015). *CMANDO DA BRIGADA DE REAÇÃO RÁPIDA (Cmd BrigRR)*. Tancos.
- Exército Português. (s.d.). *Exército Português*. Obtido de Visão e Missão / Tropas Paraquedistas: <http://www.exercito.pt/>.
- Global Security. (03 de 05 de 2016). *Global Security*. Obtido de Global Security: <http://www.globalsecurity.org/>.
- NATO. (2009). *Allied Joint Doctrine for Land Operations AJP-3.2*.
- NATO. (2011). *Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN) AJP - 3.4.4*.
- NATO STANDARDIZATION AGENCY (NSA). (s.d.). *Allied Joint Doctrine for NON-ARTICLE 5 Crisis Response Operations - AJP-3.4(A)*.
- Pereira, C. d.-T. (04 de 2016). Entrevista . (A. J. Mota, Entrevistador)
- Portuguesa, F. A. (1985). *MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas vol I- Doutrina de Emprego*. Lisboa: Força Aérea.
- Portuguesa, F. A. (1985). *MFA 311-5 Manual de Operações Aerotransportadas vol I- Procedimentos*. Lisboa: Força Aérea.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada (2ª Edição)*. Universidade Lusíada Editora.
- Sobreira. (14 de 04 de 2016). Coronel de Infantaria - Cmdt RI10. (J. Mota, Entrevistador)
- Tropas Paraquedistas portuguesas. (06 de 05 de 2016). *Tropas Paraquedistas portuguesas*. Obtido de <http://www.paraquedistas.com.pt/>.

APÊNDICES

Apêndice A

Quadro 17 - Historial das principais missões e exercícios das Forças paraquedistas de 1995 a 2006.

1995	Um Batalhão da BAI é atribuído para participar na operação JOINT ENDEAVOUR da NATO, na Bósnia.
1996	<p><i>(Janeiro, 5)</i> - O 2ºBIAT da BAI e um Destacamento de Apoio de Serviços (DAS) embarcam para a Bósnia onde vão integrar a Brigada Multinacional Sarajevo Norte (BMNSN) de comando italiano, no sector da Divisão Multinacional Sudeste (DMNSE) de comando francês na IFOR.</p> <p><i>Agosto, 9</i> - O 3ºBIAT da BAI substitui o 2ºBIAT na Bósnia.</p> <p><i>Novembro, 6</i> - É criada a Força Multinacional Europeia EUROFOR, na cerimónia de activação do Comando da Força, em Florença - Itália, participam dois pelotões da BAI.</p>
1997	<p><i>(Fevereiro)</i> - Já após o final da missão da IFOR (Dez96) e a sua substituição pela SFOR, o 3º BIAT regressa a Portugal e é substituído por um batalhão reduzido, da Brigada Mecanizada Independente (BMI).</p> <p><i>Fevereiro, 14</i> - O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, condecora o Estandarte Nacional da BAI com a Medalha de Ouro dos Serviços Distintos.</p>
1998	<p><i>(Janeiro)</i> - O Regimento de Infantaria 15 (RI15) de Tomar, que desde o início de 1997 tinha aquartelado o 1º BIAT da BAI, deixa de estar sob o comando da Região Militar Sul e fica subordinado ao Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT). Com esta nova unidade passam a ser 4 os aquartelamentos do CTAT: a ETAT (Tancos), o CTAT/BAI (Tancos), a AMSJ (S.Jacinto - Aveiro) e o RI15 (Tomar). Algumas subunidades da BAI ficam aquarteladas noutras unidades do Exército, fora do CTAT: o Grupo de Artilharia de Campanha no RA 4 - Leiria (RMN), o Esquadrão de Reconhecimento no RC3 - Estremoz (RMS), e a Companhia de Engenharia na EPE - Tancos (RMS).</p> <p>O 1ºBIAT da BAI, segue para a Bósnia-Herzegovina para substituir na SFOR, o batalhão da Brigada Mecanizada Independente que regressa a Portugal.</p> <p><i>Março</i> - A BAI participa activamente no Exercício "STRONG RESOLVE 98", da NATO e Partnership for Peace (PfP). Este foi o maior exercício jamais realizado pela NATO.</p> <p><i>Junho</i> - O Comando da BAI e o 2ºBIAT participam, em França, no Exercício EOLE 98 da responsabilidade da EUROFOR e que contou com a participação de forças de França, Espanha, Itália e Portugal.</p>

	<p><i>Junho, 20</i> - Uma Secção de Abastecimento Aéreo da BAI (1 Oficial, 2 Sargentos e 9 Praças) vão para Cabo Verde no âmbito da missão de ajuda humanitária à população da Guiné-Bissau.</p> <p><i>Julho</i> - O 1ºBIAT regressa a Portugal sendo substituído na SFOR pelo Agrupamento ALFA da Brigada Ligeira de Intervenção.</p> <p>Na sequência do violento sismo que em 9 de Julho abalou os Açores, a Companhia de Engenharia da BAI (CEng/BAI), aquartelada na EPE - Tancos, destaca para os Açores pessoal e material para apoiar os trabalhos de reconstrução.</p> <p><i>Dezembro</i> - Pela primeira vez uma mulher frequenta e obtém a qualificação no Curso de Instrutor de Para-quedismo.</p>
1999	<p><i>Janeiro</i> - A BAI inicia a organização e preparação do Agrupamento ALFA/BAI (Agr ALFA/BAI-SFOR) com a missão de substituir, a partir de Julho, o Batalhão da BMI na Bósnia. O Agrupamento é constituído pelo Comando, Companhia de Comando e Serviços e uma Companhia de Para-quedistas do 2ºBIAT da AMSJ, e pelo Esquadrão de Reconhecimento (ERec/BAI) do RC3.</p> <p><i>Fevereiro</i> - O Grupo de Artilharia de Campanha da BAI (GAC/BAI), aquartelado no RA 4 - Leiria, é equipado com obuses L - 119 105mm (Light Gun). Em 11 de Fevereiro, sempre em Eficácia, os artilheiros para-quedistas efetuaram a primeira sessão de fogos reais com as novas armas em Santa Margarida.</p> <p>Um Pelotão (-) com 20 para-quedistas do 1ºBIAT do RI15 participa numa operação de ajuda humanitária à Guiné-Bissau, partindo num avião C-130 da FAP que aterrou em Bissalanca.</p> <p><i>Abril</i> - É atribuída à BAI a missão de preparar o Agrupamento BRAVO/BAI para participar numa missão de apoio à paz no Kosovo, integrado numa força da NATO - KFOR. O Agr BRAVO/BAI é constituído pelo ERec/BAI, (que deixa de integrar o Agr ALFA/BAI), por um Esquadrão de Lanceiros, e um Esquadrão de Comando e Serviços.</p> <p><i>Julho</i> - O 2ºBIAT, parte para uma segunda comissão na Bósnia, no âmbito da SFOR. Com a passagem do ERec/BAI para o Agora BRAVO/KFOR a unidade é totalmente constituída pelo 2ºBIAT que permanece na Bósnia de Julho 1999 a janeiro 2000.</p> <p><i>Agosto</i> - O Agrupamento BRAVO/BAI-KFOR parte para o Kosovo para tomar parte na operação da NATO. Na KFOR o Agrupamento é integrado na Brigada Multinacional Oeste, sob comando Italiano. O Agr BRAVO permanece no Kosovo até fevereiro de 2000 sendo então rendido por um Agrupamento da Brigada Ligeira de Intervenção.</p> <p><i>Agosto, 20</i> - Um Despacho do General Chefe do Estado Maior do Exército, General Martins Barrento, altera a designação da especialidade Aerotransportado para Pára-quedista (Para) e altera igualmente a designação de Batalhão de Infantaria Aerotransportado (BIAT) para Batalhão de Infantaria Pára-quedista (BIPara).</p> <p><i>Setembro</i> - É atribuída à BAI a missão de preparar um Agrupamento destinado a integrar uma força internacional numa operação de apoio à paz em Timor. O Agrupamento é</p>

	constituído com base no 1ºBIPara, e integra uma Companhia de Fuzileiros. Por decisão das Nações Unidas a participação portuguesa não se concretiza.
2000	<p><i>Janeiro/Fevereiro</i> - O 1ºBIPara, reforçado com uma Companhia de Fuzileiros, integra o Contingente Nacional para Timor (CNT) que vai participar na United Nations Transitional Administration in East Timor - Peacekeeping Force (UNTAET/PKF). Para além do Batalhão e de um Destacamento de Helicópteros, é atribuído a Portugal o comando do Sector Central da UNTAET.</p> <p><i>Janeiro</i> - O 2ºBIPara regressa a Portugal sendo substituído por uma unidade da BMI. De novo em S. Jacinto o 2ºBIPara inicia a sua preparação para render o 1ºBIPara em Timor.</p> <p><i>Fevereiro</i> - O BAS/BAI aquartelado no CTAT/BAI em Tancos (ex-BA3) é transferido para o aquartelamento do RI 15 em Tomar.</p> <p><i>Agosto</i> - O 1ºBIPara regressa a Portugal e ao RI 15 sendo substituído em Timor pelo 2ºBIPara.</p>
2001	<p><i>Fevereiro</i> - O 2ºBIPara regressa a Portugal e à Área Militar de São Jacinto sendo substituído em Timor por um batalhão da Brigada Ligeira.</p> <p><i>Julho</i> - O 1ºBIPara, parte mais uma vez para a Bósnia-Herzegovina onde vai substituir um batalhão da Brigada Mecanizada Independente, como Reserva Operacional do Comando da SFOR.</p> <p><i>Dezembro, 19</i> - A Diretiva do General Chefe do Estado-Maior do Exército para a reorganização do Exército prevê a reativação do 3ºBIPara em Beja e a mudança do Comando da BAI de Tancos para outro local. O mesmo documento prevê a reativação do Regimento de Comandos a duas Companhias, na Serra da Carregueira.</p>
2002	<p><i>Janeiro</i> - O 1ºBIPara regressa a Portugal e ao RI 15, sendo substituído na Bósnia por um BIMec.</p> <p><i>Janeiro a Julho</i> - Duas Equipas de Ligação constituídas por um oficial, um sargento e uma praça da BAI participam na Operação da NATO AMBER FOX, na Antiga República Jugoslava da Macedónia (FYROM). As equipas asseguravam a ligação da força da NATO aos monitores da OSCE.</p> <p><i>Junho, 8</i> - O 2ºBIPara, reforçado com uma Companhia de Fuzileiros Navais, volta mais uma vez a Timor-Leste, integrando desta vez a nova missão das Nações Unidas - UNMISSET (United Nations Mission in Support of East Timor).</p> <p><i>Setembro, 19</i> - O Despacho 164/CEME/02, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, determina a reativação do 3ºBIPara no Regimento de Infantaria nº3, em Beja.</p>
2003	<p><i>Janeiro</i> - O 1ºBIPara, parte de novo para a Bósnia-Herzegovina, desta vez para Doboij, indo integrar o MNBG, comandado por um oficial Pára-quedista Português, na dependência de uma Brigada Americana na SFOR.</p> <p><i>Janeiro</i> - O 2ºBIPara regressa a Portugal e a S. Jacinto sendo substituído em Timor Leste no âmbito da UNMISSET por um batalhão de Brigada Mecanizada.</p> <p><i>Março, 31</i> - Por Despacho de 31Mar03 do General CEME (exarado na Informação</p>

	<p>nº04 de 17Fev03 do Gen AGE) os militares qualificados em Pára-quedismo em serviço nas unidades do CTAT e da BAI passam a usar na Boina Verde uma nova insígnia de boina exclusiva.</p>
2004	<p><i>Janeiro</i> – Marchou para BiH o 3º BIPara para cumprimento da missão SFOR</p> <p><i>Fevereiro, 2</i> - Morre em Lisboa com 89 anos de idade o General Kaúlza de Arriaga, o principal impulsionador da criação das Tropas Pára-quedistas em Portugal.</p> <p><i>Julho</i> - O 3ºBIPara conclui o seu serviço na Bósnia e regressa a Portugal e ao RI 3. Uma vez mais é anunciada a sua desactivação</p>
2005	<p><i>Janeiro</i> – Marchou para a BiH o 2º BIPara para cumprimento da missão EUFOR</p> <p><i>Mai, 23</i> - É colocado on-line o Site Oficial da Tropas Pára-quedistas.</p> <p><i>Setembro, 5</i> - Seis elementos da BAI (4 Oficiais e 2 Sargentos) partem para o Iraque para integrar a Nato Training Mission - Iraque (NTM-I), missão da OTAN para o treino das Forças Armadas do Iraque.</p> <p><i>Março</i> - O 3º BPara é mais uma vez reactivado, desta vez na Unidade de Apoio do CTAT (UA-CTAT) para constituir a Força Nacional Destacada no Teatro de Operações no Kosovo. O Batalhão irá actuar como reserva táctica da KFOR, ficando aquartelado em Camp Slim Lines em Pristina.</p> <p><i>Outubro, 15</i> - Iniciam-se oficialmente as comemorações do cinquentenário da criação das Tropas Pára-quedistas Portuguesas. As comemorações, organizadas pelo CTAT e pela União Portuguesa de Pára-quedistas (UPP), irão prolongar-se ao longo do ano indo culminar a 23 de Maio de 2006 em Tancos com a comemoração dos 50 anos da Casa Mãe dos Pára-quedistas Portugueses: BCP - RCP - BETP - ETAT.</p>
2006	<p><i>Março</i> - O 3ºBIPara conclui o seu serviço no Kosovo e regressa a Portugal e à Unidade de Apoio do CTAT e mais uma vez é desactivado.</p> <p><i>Março, 21</i> - É publicada uma nova Lei Orgânica do Exército (Decreto-Lei nº61/2006, de 21 Março). A nova Lei extingue o Comando das Tropas Aerotransportadas (CTAT), como comando de natureza territorial do Exército, e a Brigada Aerotransportada Independente (BAI). É criada uma nova Brigada de Reacção Rápida (BRR), que irá incluir os Batalhões de Infantaria Pára-quedistas, tropas Comandos e de Operações Especiais. A BRR é uma das componentes da nova Força Operacional Permanente do Exército (FOPE).</p> <p>É extinto o CTAT e a BAI. É criada a Brigada de Reacção Rápida e a ETAT é renomeada Escola de Tropas Pára-Quedistas (ETP).</p> <p><i>Julho</i> - Um grupo de Pára-Quedistas do 1º BIPARA embarca para o Afeganistão no âmbito da ISAF.</p> <p><i>Setembro</i> - Partem Pára-Quedistas do 1º BIPARA para o Kosovo no âmbito da KFOR.</p>

Fonte: (Tropas Paraquedistas portuguesas, 2016).

Apêndice B**Quadro 18 - Lista de Entidades Entrevistadas.**

Posto e nome do Entrevistado	Atual Função
Entrevistado 1: Tente-Coronel Abreu	Segundo comandante do RI15
Entrevistado 2: Tenente-Coronel Pereira	Comandante do BOAT
Entrevistado 3: Coronel Tirocinado Duarte Costa	Chefe de Estado Maior do Cmd das Forças Terrestres
Entrevistado 4: Coronel Esperança	Comandante do RI15
Entrevistado 5: Tenente-Coronel Cordeiro	Segundo comandante do AQAMA
Entrevistado 6: Coronel Sobreira	Comandante do RI10

Fonte: Autor (2016).

Apêndice C

Quadro 19 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº1 da entrevista.

Questão 1	O equipamento utilizado pelas Forças Paraquedistas é adequado às necessidades do ambiente operacional atual?
Entrevistado 1	“as técnicas táticas e procedimentos têm de ser mais orientadas para o combate a curtas distâncias”...”o emprego de equipamentos anticarro sem escape de gases, ou armas do tipo <i>shotgun</i> que nós não temos”...”não é do nosso core business fazer controlo de tumultos, mas é uma exigência que o ambiente operacional atual nos exige”... “levanta muitas questões respeitantes ao quadro legal onde estas atuam””
Entrevistado 2	“...o grosso, o que tem impacto em termos táticos, será o lançamento em massa e em termos de equipamento para este, dir-te-ia que estamos na vanguarda...” ... “...o abastecimento aéreo tem tido um empurrão muito grande...estamos a fazer algo chamado “ <i>punch above your weight</i> ”, porque está a ter uma repercussão muito grande face ao seu efetivo...” ... “...tem havido um desgaste muito maior, e há a necessidade de equipar o abastecimento aéreo com paraquedas G12 de carga...”.
Entrevistado 4	“ sabemos que as forças paraquedista são utilizadas no âmbito das missões que temos atualmente ao encargo operacional do exército” ... “está em curso a aquisição de viaturas, e de outros materiais, e em estudo, e irão ficar melhor equipadas”...” os equipamentos deveriam ser o mais aligeirados possível”... “com o equipamento que têm atualmente continuam a ser forças de primeiro emprego e de entrada em qualquer situação”
Entrevistado 5	“... da forma como está estruturado, atendendo ao quadro de modelo mais recente, eu diria que sim...”... “...neste momento em termos do que é o quadro doutrinário, e o desenho estruturado para dar resposta a este emprego eu diria que está ajustado...” ... “ leva a questão do que são os equipamentos que devem de equipar as unidades de infantaria ligeira”...”há que ver qual é o choque que pode ser conseguida por uma força ligeira...”...”o choque de uma força ligeira tem de ser provocado por um grande volume de fogos...”...”têm de ser armas ligeiras ou médias com grande poder e capacidade de fogo”

Fonte: Autor (2016).

Quadro 20 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº2 da entrevista.

Questão 2	O treino das Forças Paraquedistas é adequado à realidade operacional do seu emprego?
Entrevistado 1	“é necessário outro tipo de preparação que não se tinha do antecedente...” ...”é planeado para ser o adequado, agora, se nós o executamos de forma a que seja adequado, isso depende da quantidade de missões extra operacionais que nos sejam atribuídas”...”misturar treino operacional com formação não funciona”
Entrevistado 2	“... tenho sempre alguma relutância em concordar que as forças se encontram preparadas” ... “estamos num equilíbrio, em termos aeroterrestres estamos bem, porque não há treino aeroterrestre simulado, um salto é sempre um salto” ... “em termos táticos especificamente no meu batalhão (BOAT), temos duas unidades a cumprir objetivos táticos, os cães de guerra, e os precursores...” “nunca devemos de estar satisfeitos com o nível em que estamos...”
Entrevistado 4	“em relação ao treino dos BIPara não tenho qualquer dúvida que é o mais adequado e planeado e executado com um excelente profissionalismo” ...”existem limitações no que diz respeito a financiamento de algumas atividades”...” com limitações e alterações ao programa devido aquilo que é a realidade do nosso Exército.”
Entrevistado 5	“...a força paraquedista distingue-se na sua essência na sua capacidade de projeção para atingir determinados pontos que possibilitem operações subsequentes...”...”e a estabilização das forças na retaguarda”...”tem de ser uma unidade que saiba combater de forma isolada”... “o seu isolamento requer uma preocupação a 360°...”... “deve ser sempre valorizada a importância daquilo que é a unidade paraquedista ser testada numa operação de qualquer tipo...”

Fonte: Autor (2016).

Quadro 21 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº3 da entrevista.

Questão 3	Os atuais Teatros Operacionais onde as Forças Paraquedistas são empenhadas adequam-se à sua especificidade?
Entrevistado 1	“as unidades paraquedistas pela sua tipologia e flexibilidade têm como característica adaptar-se a qualquer coisa”... “sendo um tipo de forças com grande flexibilidade, e com grande flexibilidade mental no seu emprego, têm facilidade em adaptar-se a qualquer situação” ... “isto torna as forças paraquedistas são as forças ótimas para serem uma excelente <i>entry force</i> em qualquer teatro”
Entrevistado 2	“... há uma vantagem nas tropas especiais quer pelo seu treino, quer pela sua mística que os permite adaptar a todos os cenários” ... “ter uma força paraquedista

	atuar como força de quadrícula como foi na guerra do ultramar nunca foi a nossa gênese, podemos fazê-lo, sim, mas não é a nossa gênese...” “ uma força bem treinada rapidamente se adapta a qualquer tipo de cenário” ... “timor foi um deles, face às dificuldades iniciais, e face à morfologia do terreno”
Entrevistado 4	“as forças paraquedistas como forças ligeiras são forças versáteis e nós não escolhemos o teatro”... “ aqueles em que têm sido empregues têm sido adequados”...” as chefias não vão empregar as forças paraquedistas num teatro para onde não estão preparados”
Entrevistado 5	“... na missão específica do Kosovo sim, porque é uma reserva tática”... “desenvolvem-se muitas horas de trabalho no que é o combate CRC”...” não se coaduna com o treino e a especificidade das unidades paraquedistas, que como a unidade que é tem de ser violenta e treinada para agir ou reagir sobre um grau de violência grande.”

Fonte: Autoria própria.

Quadro 22 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº4 da entrevista.

Questão 4	O atual PDE 03 – 05 faz jus às necessidades doutrinárias das forças Paraquedistas?
Entrevistado 1	“o PDE 03-05 colide em termos de escala, porque foi baseado num exército que tem uma determinada estrutura e dimensão que não é igual a nossa.”...”tudo o que seja emprego de tropas paraquedistas estamos a falar de operações conjuntas”
Entrevistado 2	“eu diria que sim, mas volto a dizer que um documento torna-se obsoleto a-partir do momento que está publicado”... “ cair no erro de dizer que a nossa doutrina está atualizada, podemos estar descansados, é algo que não nos podemos dar ao luxo” ... “ quer doutrina quer emprego têm de sofrer sempre alterações” ... “adequa-se mas temos de procurar novas valências e vulnerabilidades...” “
Entrevistado 4	“sim”
Entrevistado 5	“julgo que o PDE tem o essencial e o que é necessário para as operações” ...”toda a doutrina evolui”

Fonte: Autor (2016).

Quadro 23 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº5 da entrevista.

Questão 5	Há necessidade da existência de doutrina específica Paraquedista aos baixos escalões? (Companhia, Pelotão, Secção)
Entrevistado 1	“os graduados paraquedistas em todos os escalões estão aptos a adaptar a doutrina

	a qualquer escalão”... “não há sitio nenhum onde o Cmdt de comp vá ver certas situações em termos de aconselhamento doutrinário” “tem de ir a um escalão maior e adaptar para aplicar”
Entrevistado 2	“ ... sim, sem dúvida, eu até direi mais, o conceito de comando de missão está muito em voga, mas é algo que já vem de há muito tempo...” ... “a descentralização da ação de comando até aos mais baixos escalões, porque os paraquedistas facilmente se desenquadram de uma unidade e demoram até a sua reorganização” ... “ no chão não estão agrupados, estão isolados e demoram até conseguir reagrupar, isso significa que aos baixos escalões tem de haver iniciativa”... “saber a intenção do Cmdt e a missão”... “ uma unidade não vai sempre atuar como um batalhão, tem de saber atuar isoladamente”.
Entrevistado 4	“não estou a ver as secções e os Pel a serem empregues isoladas” ... “tudo tem de estar enquadrado com o emprego da unidade como Batalhão”... “ do nível de companhia para baixo acho difícil ver esse emprego”
Entrevistado 5	“... muitas vezes basta mudar-se de regimento para essa doutrina aos baixos escalões ser diferenciada”... “ necessariamente o <i>modus operandi</i> será diferente de acordo com os diversos cenários” ... “é sempre um trabalho que pode existir como referência, mas em termos práticos o que se faz tem variações”

Fonte: Autor (2016)

Quadro 24 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão nº6 da entrevista

Questão 6	A doutrina da formação atual nas Forças Paraquedistas é a adequada?
Entrevistado 1	“a formação das praças paraquedistas é adequada, a formação dos sargentos paraquedistas no meu ver particular não é a adequada”... “deveria ter o COAT para toos os graduados e não ser uma coisa a parte, e deveria ter algumas componentes de combate”
Entrevistado 2	“não considero nunca que seja adequada porque há sempre pontos a melhorar”... “no entanto, considerando o produto de um soldado paraquedista que sai daqui para um batalhão, no mínimo é um bom ponto de partida”... “dado o cariz das forças paraquedistas gostaria de ver outro tipo de treino, ou o que têm mais aprofundado”... “ a base está adequada, é um muito bom ponto de partida, mas não podemos considerar como um produto acabado”....
Entrevistado 4	“é a adequada”
Entrevistado 5	“o produto final é conseguido quando saem um conjunto de indivíduos com um conhecimento base, depois o aprofundar do treino é feito nos batalhões numa espécie de “ <i>on job training</i> ” “ há um período de formação e outro período onde sim se ganha a operacionalidade”...” a forma como ele se enquadra numa unidade

	(Batalhão), e a forma como este vai ser explorado em termos das suas capacidades.” ... “ ao fim de 6 meses estavam prontos para ter alguma proficiência comparados com os outros”...
--	--

Fonte: Autor (2016)

Quadro 25 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão n°7 da entrevista

Questão 7	A diferença de meios altera a doutrina nacional face à de referência?
Entrevistado 1	“é preciso estar escrito como é que se faz, quem assume as responsabilidades de um ramo ou de outro ramo”...”há muito poucas pessoas que tenham uma ideia precisa do que é que uma operação aerotransportada envolve”
Entrevistado 2	“ tropas especiais têm treino diferenciado da tropa regular, temos um curso de combate diferente da tropa regular, um curso de paraquedismo nos mesmos moldes” ... “ todos concorrem para o mesmo objetivo mas há sempre diferenças”....
Entrevistado 4	“tem existido um esforço no que é a evolução dos meios, especialmente na área aeroterrestre”...”sempre que atuamos em ambiente internacional somos objeto das mais elevadas referencias e elogios”
Entrevistado 5	“os meios influenciam sempre a doutrina” ... “a doutrina em si não é só o papel redigido em si, tem a ver com a estrutura, o equipamento e o saber fazer, e se não existirem esses equipamentos nunca se testa o saber fazer” “ a doutrina por si só não chega”

Fonte: Autor (2016)

Quadro 26 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão n°8 da entrevista

Questão 8	As situações operacionais do emprego das Unidades Paraquedistas portuguesas assemelham-se atualmente às de Unidades congêneres?
Entrevistado 1	“não sei”...”temos andado a fazer missões que não são específicas das tropas paraquedistas”...”o impacto que tem, tanto na organização KFOR, e quer na população do Kosovo, saber que a reserva tática é um BIPara, ou outro Bat qualquer, faz uma diferença muito grande”
Entrevistado 2	“ diria que não, porque vejo com alguma dificuldade qualquer nação exceto os EUA e a França, que irão atuar de forma isolada” ... “daí treinarmos com os meios de outros países, é o que tem acontecido com os exercícios que temos tido como o “ <i>real thow</i> , e o <i>hot blade</i> ”...” “uns fornecem os meios, outros fornecem as forças, portanto não vejo Portugal a fazer operações reais em teatros exteriores em

	missões reais de forma isolada...”
Entrevistado 4	“à dimensão que temos cumprimos a missão e o nosso esforço é considerado pelas nações que têm outro tipo de capacidades”
Entrevistado 5	“eu diria que sim”

Fonte: Autor (2016)

Quadro 27 - Excertos da entrevista respeitando a resposta a questão n°9 da entrevista

Questão 9	A doutrina nacional enquadra-se na necessária interoperabilidade com outras forças internacionais?
Entrevistado 1	“ratificamos os STANAG” ... “não vamos para dentro da aeronave francesa e saltamos com os nossos largadores”...”os procedimentos estão estandardizados e acautelados.”...”não quer dizer que não haja problemas, especialmente em termos de comunicações, mas é sempre ultrapassado”
Entrevistado 2	“claro que prevê, mas os meios que utilizam prevê essa interoperabilidade, isso já é outra situação”... “ quando juntamos uma série de nações há sempre problemas de interoperabilidade, especialmente em termos de meios de comunicações...” ... “as forças são feitas mais a pensar em si do que na interoperabilidade, por vários fatores, interesse estratégico nacional, empresas de defesa nacional”...
Entrevistado 4	“existem dificuldades, sobretudo ao nível das comunicações, no entanto têm sido enfrentadas e ultrapassadas ”... “há uma ligação com outras nações”

Fonte: Autor (2016)

Apêndice D



ACADEMIA MILITAR

Guião de Entrevista

A Doutrina Nacional de emprego de Forças Paraquedistas.

Autor: Jorge Miguel Carvalho Mota

Orientador: Tenente Coronel de Infantaria Rodrigues Henriques

Coorientador: Major de Infantaria Lorangeiro Neto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2016

1. INFORMAÇÃO FORNECIDA AO ENTREVISTADO

- a. *Pedir permissão para gravação áudio.*
- b. *Apresentação do entrevistador e fornecer ao entrevistado a informação sobre objetivos da entrevista.*

Quero, desde já, agradecer-lhe a sua disponibilidade em participar neste trabalho de investigação. Eu sou o Aspirante de Infantaria Mota e estou a realizar uma investigação sobre “A doutrina Nacional do Emprego das Forças paraquedistas”.

Os objetivos do estudo são:

Como objetivo geral de estudo, pretende-se analisar e compreender se a atual doutrina do emprego das forças paraquedistas é a adequada. Como objetivos específicos de investigação, foram identificados os seguintes:

Demonstrar vantagens e vulnerabilidades da atual doutrina do emprego de forças paraquedistas.

Identificar como a doutrina se alterou depois da extinção do Corpo de Tropas Paraquedistas.

Analisar se a preparação das unidades que visam o emprego de forças paraquedistas é a adequada.

Adequar os meios existentes à doutrina.

Refletir sobre o atual papel do emprego das forças paraquedistas

Esta investigação tem como finalidade identificar e compreender se a doutrina existente é ou não adequada aos dias de hoje, no que respeita ao emprego das forças paraquedistas

- c. *Aspetos Deontológicos*

A entrevista tem uma duração média entre 15 a 20 minutos e será gravada em áudio para não perder informação relevante, mas ninguém terá acesso à entrevista gravada, à exceção das pessoas que estão a fazer este estudo. Tem o direito à não resposta, ou seja, de responder apenas às perguntas que entender.

2. RECEBER O CONSENTIMENTO INFORMADO

Neste momento peço-lhe que leia e assine o consentimento informado.

3. INTRODUÇÃO

Esta entrevista, como descrito acima, visa colher algumas informações pertinentes para o desenvolvimento da Tese de Mestrado subordinada ao tema em questão. Para tal é de grande relevância a entrevista, pois com a mesma é possível obter conhecimento de quem está diretamente relacionado, quer com as Forças Paraquedistas, quer com a doutrina das mesmas.

4. CORPO DE QUESTÕES

Objetivo geral:

Avaliar a adequabilidade da doutrina nacional de emprego de unidades paraquedistas face ao ambiente operacional atual.

Questão central:

A doutrina nacional de emprego de unidades paraquedistas é a adequada face às exigências do ambiente operacional atual?

Objetivo específico:

Analisar o ambiente operacional atual e a forma como este interfere no emprego de Unidades Paraquedistas

Questão derivada 1:

Quais as exigências para as unidades paraquedistas que decorrem do ambiente operacional atual?

Hipótese:

A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas não necessita de se adaptar às exigências do ambiente operacional atual.

Objetivo específico:

Analisar a evolução da doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas.

Questão derivada 2:

A doutrina nacional existente para o emprego de unidades de paraquedistas é transversal a todos os escalões táticos?

Hipótese:

A doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas não se aplica aos mais baixos escalões.

Objetivo específico:

Analisar a doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas comparativamente com doutrinas de referência.

Questão derivada 3:

A doutrina nacional existente para o emprego de Unidades Paraquedistas sofreu uma evolução à semelhança das doutrinas de outros países aliados?

Hipótese:

A doutrina nacional de emprego de Unidades Paraquedistas encontra-se atualizada comparativamente às doutrinas de referência.

QD - 1

1.O equipamento utilizado pelas Forças Paraquedistas é adequado às necessidades do ambiente operacional atual?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

2.O treino das Forças Paraquedistas é adequado à realidade operacional do seu emprego?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

3.Os atuais Teatros Operacionais onde as Forças Paraquedistas são empenhadas adequam-se à sua especificidade?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

QD - 2

1.O atual PDE 03 – 05 faz jus às necessidades doutrinárias das forças Paraquedistas?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

2.Há necessidade da existência de doutrina específica Paraquedista aos baixos escalões? (Companhia, Pelotão, Secção)

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

3.A doutrina da formação atual nas Forças Paraquedistas é a adequada?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

QD – 3

1. A diferença de meios altera a doutrina nacional face à de referência?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

2. As situações operacionais do emprego das Unidades Paraquedistas portuguesas assemelham-se atualmente às de Unidades congêneres?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

3. A doutrina nacional enquadra-se na necessária interoperabilidade com outras forças internacionais?

SIM	NÃO	NÃO RESPONDE

Apêndice E

Tenho conhecimento que um grupo de investigadores do Exército Português está a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada, que se enquadra no Mestrado Integrado em Ciências Militares, Especialidade de Infantaria, sobre “*A Doutrina Nacional do Emprego das Forças Paraquedistas*”. O estudo tem como investigador o Sr. Aspirante de Infantaria Jorge Miguel Carvalho Mota, com a orientação do Tenente Coronel de Infantaria Rodrigues Henriques e a coorientação do Major Nuno Neto.

Se concordar participar, vou ser entrevistado individualmente pelo Aspirante Mota, onde iremos debater ideias acerca desta temática. A entrevista tem uma duração média entre 15 a 20 minutos e será gravada em áudio, mas ninguém terá acesso à gravação, exceto as pessoas que estão a fazer este estudo. Eu tenho o direito de responder apenas às perguntas que quiser. Compreendo que posso não ganhar nada diretamente por participar neste estudo, mas a minha participação poderá ser de grande utilidade, no futuro. No final do estudo poderei ter acesso aos resultados do mesmo, através do repositório comum da biblioteca da Academia Militar (<http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5479>) ou da solicitação ao investigador.

Aceito participar neste estudo e aceito ser entrevistado(a) no dia _____, pelas _____ horas. Se, em algum momento, decidir que não quero participar, posso desistir e não preciso de explicar as minhas razões e isso não terá nenhuma consequência negativa para mim.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Muito obrigado pela colaboração.

Pela equipa de investigação,

Jorge Miguel Carvalho Mota
Aspirante de Infantaria

Para qualquer esclarecimento, contactar soujorgemota@gmail.com

ANEXOS

Anexo A

"Tipos de operações de transporte aéreo tático

As operações de transporte aéreo tático (*Tactical Air Transport Operations*) são operações que envolvem o transporte de passageiros e carga numa determinada área operacional por intermédio de:

- Operações Aerotransportadas;
- Operações de Apoio Aéreo Logístico utilizando Aeronaves Logísticas;
- Missões Especiais;
- Evacuação Aérea Sanitária.

a. Operações Aerotransportadas

Movimento de forças de combate e do seu apoio logístico para uma área objetivo ou para um objetivo por intermédio de:

(1) Lançamento As tropas, o seu equipamento e apoio logístico (pelo menos inicial), são deslocadas em aeronaves para a área do objetivo, sobre a qual são lançadas em paraquedas, para cumprimento duma missão operacional.

(2) Heli-assalto

As tropas são deslocadas para a zona de ação em helicópteros, para cumprimento duma missão operacional.

(3) Aterragem As tropas, após o seu transporte por avião para a zona de ação, desembarcam numa pista permanente ou improvisada, a fim de cumprirem uma missão operacional.

b. Operações de apoio aéreo logístico

Operações que visam o apoio de tropas por transporte aéreo e lançamento ou desembarque no solo, incluindo abastecimentos, movimento de pessoal, evacuação de baixas e prisioneiros de guerra e recuperação de equipamentos e de viaturas.

c. Missões especiais

Operações de transporte aéreo tático conduzidas em qualquer tipo de conflito, incluindo apoio de ações de guerra não convencional e de atividades clandestinas, secretas e psicológicas.

d. Evacuação aérea sanitária

Operações que visam o movimento de doentes com destino a formações sanitárias ou entre estas, por meio de transporte aéreo. " (Exército Português, 2012b, pp. 1.2 - 1.3).